

tempoe presença



Editorial

"Farei deles uma só nação na terra"

Para quem se lembra — e não é difícil — os índios dos nossos bancos escolares estavam divididos entre "Tupinambás, Tupiniquins, Gês ou Tapuias, que viviam no interior e eram traiçoeiros". Tiveram medo do trabuco do Caramuru — que depois matou muitos deles — comiam coisas estranhas como mandioca, milho e pintavam seus corpos com urucum. Para os que moravam no interior a convivência com os "bugres" era algo de pitoresco no cenário da cidade.

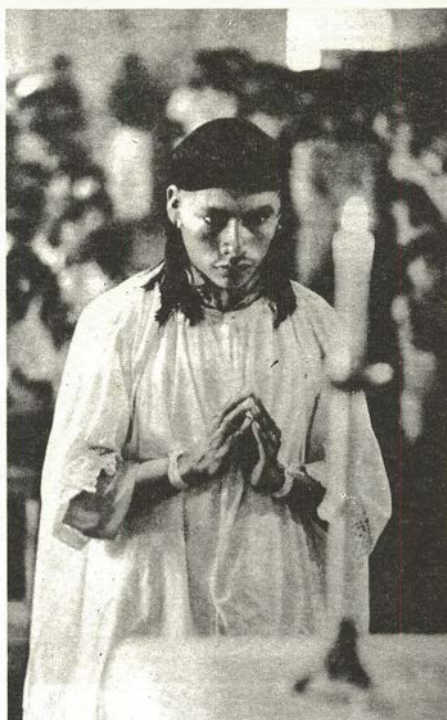
Os índios — esses "ignorantes" — eram rebeldes às coisas da "civilização". Grandes reportagens — grotescas até — foram feitas quando uma índia foi trazida para ser "vestida" pela civilização. Onde anda Diacuí??? E a visão do "silvícola" foi sendo inculcada dessa maneira, de geração em geração.

O índio — o que vive segundo a "natureza" — não controlava seus "instintos" como o homem branco, e era facilmente enganável... Talvez isto possa responder pelos anos a fio em que foram dizimados pelo "progresso do país" sem que ninguém sequer pensasse em dizer alguma coisa.

Serviam de material de tese para etnólogos, antropólogos, que analisavam "estruturalmente" suas vidas e esmiuçavam suas lendas e seus amores. E defendiam — não os índios — mas suas teses nas arcadas das academias. Penas em profusão, colares de dentes, palha amarrada nos órgãos genitais, e o mundo do folclore que fazia as delícias dos colecionadores de artesanato.

Mas... eis que com o avanço das multinacionais no campo e a descoberta das riquezas de suas terras, a ambição começou a exigir mais e mais, e extrapolou o parque turístico do Xingu onde estavam reunidos para o deleite dos estrangeiros que vinham fotografar os "selvagens no seu modus vivendi natural".

Os espaços para as denúncias e lutas foram abertos pelos cientistas e



Xavante

Loren Mc. Intyre

antropólogos que fizeram dos seus trabalhos teóricos uma arma de defesa destes povos. As Igrejas iniciaram campanhas de conscientização de seus fiéis e os índios deixaram o mundo do "silvícola" para ganhar seu estatuto real de povo com sua cultura concreta e seus valores reais.

Este número de Tempo e Presença reflete sobre as várias facetas desses povos. Qual o seu futuro no Brasil?

Para nós põe-se uma questão a ser aprofundada e discutida. Quem sabe se o estatuto real dos povos indígenas não é a tutela a que se vêem condenados — a do Estado, a da Igreja e a da Universidade —, mas sim a estatura de povos que dialoguem — cara a cara — em pé de igualdade com seus tutores?

Neste sentido, para as Igrejas, não mais se deveria falar de uma pastoral indígena para torná-los "bons cristãos", mas sim de uma pastoral ecumênica à medida em que se reconhece — de fato e de direito — que os povos e nações indígenas fazem parte de um patrimônio comum da Humanidade, que constroem a sua história e que também a eles está estendida a profecia de Ezequiel, a de reunir todas as nações e povos e fazê-los uma só nação e povo na terra?

tempo **presença**

Número 167
Abril de 1981

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araujo Martins

Composição
Editora Gráfica Luna Ltda.
Rua Barão de São Félix, 129 - Centro

Fotolitos e Impressão
Clip — Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Assinatura anual: Cr\$ 600,00
Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 2055197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 227273
01238 São Paulo, SP

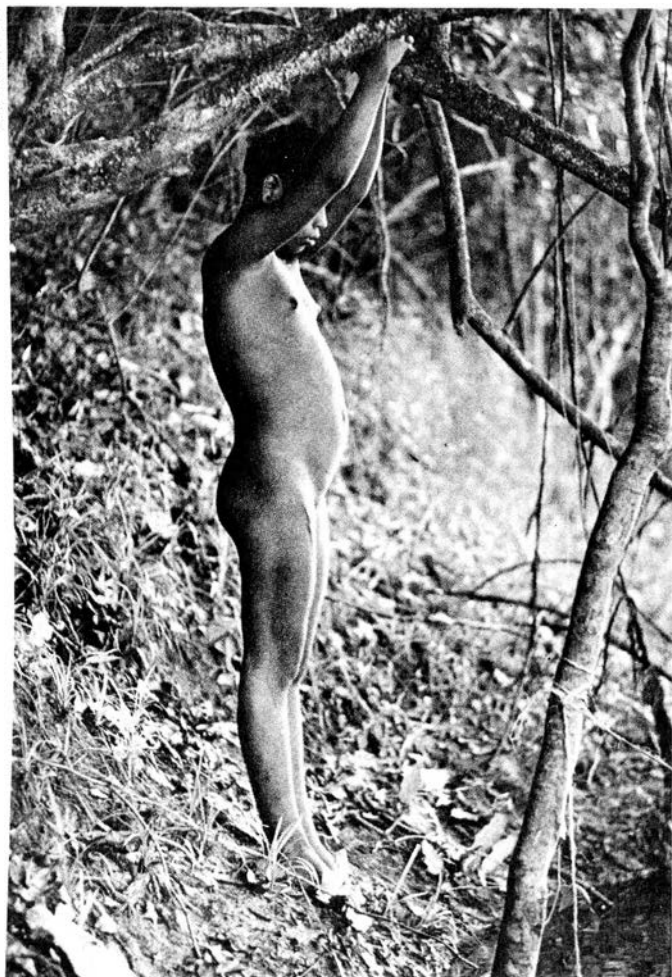
Coordenador de Publicações
Paulo Cezar Loureiro Botas

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga

Produtor Gráfico
Álvaro A. Ramos

Redatores
Carlos Cunha
José Ricardo Ramalho

Assinaturas e Expedição
Eduardo Spiller Penna



Kren Akarore

O CIMI — Conselho Indigenista Missionário — órgão oficial da CNBB para assuntos de pastoral indigenista, distribuiu aos bispos, durante a Décima Nona Assembléia Geral realizada recentemente, em Itaici, um importante quadro atual da população indígena no Brasil (veja o quadro e o mapa). Talvez esses dados espantem muita gente: *ainda* existem mais de 200 mil índios no Brasil?

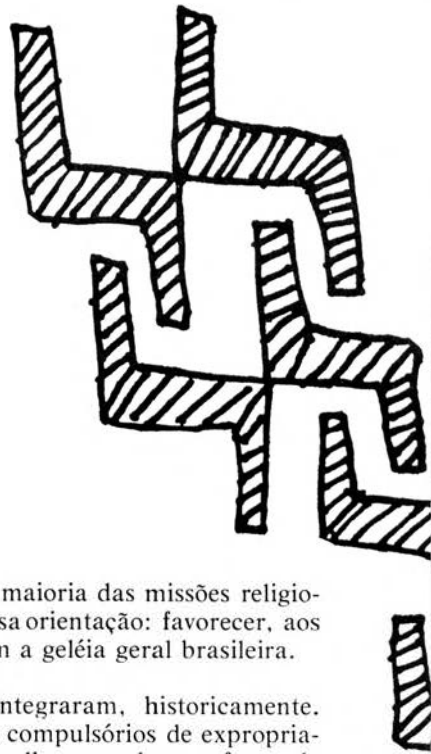
Formulada dessa maneira, a pergunta já inclui uma sinistra resposta para os cerca de 150 povos indígenas diferentes que vivem em várias regiões do País: eles estão irremediavelmente destinados a se acabar, de um jeito ou de outro, mais dia menos dia. Será mesmo assim? A julgar pelas lições que aprendemos nos manuais escolares de história, o futuro dos índios estará cada vez mais nos museus, onde os heróis continuarão sendo os bandeirantes: em nomes de ruas e praças, dos quais ninguém consegue explicar o significado; em alegorias carnavalescas quatro dias por ano, ou no discurso hipócrita de alguma autoridade competente em busca das raízes de brasilidade. Diante da inevitabilidade das teses dessas cartilhas oficiais tudo o que se tem a fazer, na melhor das hipóteses, é assistir provisoriamente a essas populações, até que elas deixem de ser, integrando-se à nossa civilização.

Aliás essa é, em tese, a mola mestra de toda a política indigenista oficial no Brasil, desde longa data. Historicamente

Documento

QUAL O FUTURO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL?

Carlos Alberto Ricardo



mente e ainda hoje, a grande maioria das missões religiosas também trabalham com essa orientação: favorecer, aos poucos, que os índios integrem a geléia geral brasileira.

Na prática os índios não se integraram, historicamente. Sempre sujeitos a mecanismos compulsórios de expropriação de suas terras, de suas mulheres e de sua força de trabalho, povos e mais povos foram sendo extintos. Eram 230 em 1900, dos quais 83 não mais existiam no final dos anos 50. Acabando-se na qualidade e na quantidade.

De repente, nos anos 70, a confirmação de que a população indígena estava crescendo. Comparando-se os dados publicados por Darcy Ribeiro para o ano de 1957 com os dados do CIMI para 1981, constata-se que nesses quase 25 anos a população indígena do País dobrou:

Devagar, não é totalmente assim. Há ressalvas a fazer nos métodos de contagem utilizados pelos dois censos, no grau de conhecimento que se tinha de muitas áreas do interior do País, há 25 anos atrás, etc. etc. Com tudo isso descontado uma coisa é certa: *a população indígena está crescendo* — mesmo, em quantidade. Apesar disso a qualidade continua ameaçada: há vários povos, cada qual com sua língua e seu jeito de ser, que contam apenas 50, 100, 200 indivíduos. Submetidos a condições de contatos forçados e indiscriminados, especialmente na área da Amazônia onde se instalam grandes empresas agropecuárias ou mineradoras quase sempre acompanhadas por estradas, hidroelétricas e levadas de colonos, alguns desses povos não logram resistir.

Se é verdade que alguns povos indígenas estão indefesos, mesmo porque a FUNAI está irremediavelmente comprometida com o autoritarismo do Estado e com o crescimento econômico sob hegemonia do grande capital que esse Estado está a promover no interior do País, a grande maioria dos povos indígenas encontra suas maneiras de resistir.

A recente descoberta da "resistência indígena", cujos mecanismos ainda são muito pouco compreendidos mesmo por aqueles que a valorizam e a querem favorecer, traduz um pouco de nossa perplexidade diante de um fato: *povos indígenas estão aí para ficar*. E mais: suas lutas apontam no sentido de uma recusa aos processos

compulsórios de integração. Expressando-se numa linguagem que nem sempre conseguimos entender bem, *lideranças indígenas aqui e ali, e algumas vezes comunidades inteiras, reclamam o direito fundamental de continuarem sendo elas mesmas, ainda que transformando-se.*

Diante desses processos de reafirmação étnica que posição tomar, que iniciativas apoiar ou favorecer? Concretamente o que estão fazendo as quase 70 dioceses e prelazias que têm índios em suas circunscrições?

Muitas simplesmente ignoram os índios, tratando-os indistintamente nos seus planos pastorais entre os pobres e humilhados. Aos poucos, algumas estão acordando para as diferenças. Nas áreas francamente indígenas, onde ainda operam pesadas estruturas missionárias do tipo colonial, padres e freiras dedicam seus melhores anos em treinar jovens índios a serem como brancos.

Há dois anos atrás escutei atentamente o Padre Jean Baptiste Durore, historiador salesiano e um dos fundadores da Missão entre os índios Bororo, em Mato Grosso, dizer-me: "Nossa diferença com o trabalho do CIMI é que nós estamos interessados em promover o índio, em torná-lo útil à sociedade e à civilização. Enquanto isso o CIMI insiste em querer que os índios continuem índios". E como eu continuasse atento, gravador ligado, ele me explicou pacientemente que os índios eram seres humanos dotados de muitas aptidões aproveitáveis para os ofícios da civilização. O progresso, as novas situações criadas com o contato eram inevitáveis e exigiam dos índios condições para enfrentá-las. Necessitavam para isso de formação e, ao longo de anos, seus confrades haviam dedicado razoável quota de sacrifícios para implementar grandes obras, principalmente internatos para moldar desde cedo os futuros brasileiros de amanhã. Seqüência natural, na busca da formação integral do homem, utilizaram desde cedo métodos de evangelização explícita. Difícil duvidar da sinceridade e das boas intenções desses desbravadores. Não se trata disso.

Mas o que fazer concretamente quando povos indígenas, mesmo tendo incorporado ao seu modo de vida hábitos de consumo, a necessidade de escola e de batismo, continuam reclamando o direito de seguir a seu modo? Qual o lugar desses povos no futuro do Brasil?

Equívoco igualmente grave e oposto a esse de embranquecer o corpo e a alma dos povos indígenas — infortúnio de tantas missões — é a visão conservadora dos índios, para a qual índio bom é só o índio tradicional, conforme seus antigos costumes e tradições. Como abrir os ouvidos e escutar os interesses de povos que até poucos anos atrás se tinha na conta de desaparecer? Como entender o que querem esses índios que já não se comportam como antigamente, nesses tempos tão mudados? E ainda: como garantir cada vez mais que esses interesses sejam efetivamente respeitados? Parecem questões oportunas e urgentes, que tocam na qualidade das alternativas democráticas de poder que setores populares, diversos, estão tecendo.

Carlos Alberto Ricardo — Antropólogo e coordenador do Setor de Assessoria do Cedi.

CRITÉRIOS DE INDIANIDADE

Manoela Carneiro da Cunha

O presidente da FUNAI vem manifestando há longos meses uma inquietação persistente, a de saber afinal "quem é e quem não é índio" (veja-se por exemplo a "Folha", 17/09/80), inquietação que culmina agora no anúncio de modificação de pelo menos dois artigos do Estatuto do Índio, um que define índios e comunidades indígenas e outro que especifica as condições necessárias para a emancipação. Não se trata, ao que parece, de um problema acadêmico, para o qual aliás a antropologia social tem respostas que veremos a seguir. Com a modificação anunciada permite resolver por decreto "quem é e quem não é", dando à FUNAI a iniciativa, até agora reservada aos interessados, de emancipar índios mesmo à sua revelia, vemos que não parece ser a curiosidade científica o móvel da pergunta. Esta indaga e não decreta. Trata-se, isto sim, segundo tudo indica, da tentativa de eliminar índios incômodos, artimanha em tudo análoga à do frade da anedota, quando, naquela sexta-feira em que devia se abster de carne, declarava ao suculento bife que cobiçava: "Eu te batizo carpa"... e comia-o em sã consciência.

O alvo mais imediato deste afã classificatório parecem ser os líderes indígenas que estão aprendendo a percorrer os meandros da vida administrativa brasileira, agora ameaçados de serem declarados emancipados ex-officio. A medida poderia acarretar até a proibição de entrarem em áreas indígenas, se continuarem incorrendo na ira do Executivo. Ou seja, os líderes poderiam ser separados de suas comunidades.

O que torna a ameaça de modificação do Estatuto mais acintosa é ter sido ela anunciada logo depois do julgamento do Tribunal Federal de Recursos, autorizando a viagem

Von Puttkamer



Kren Akarore



Tukano

Marcos Santili

do chefe xavante Mario Juruna, impedida pelo Ministério do Interior, num claro revide a esta manifestação de independência da Justiça. O procedimento, a bem dizer, não deveria surpreender: não é a primeira vez que se mudam as regras do jogo durante a partida.

A questão real, em tudo isto, é saber o que se pretende com a política indigenista. O Estatuto do Índio, seguindo a Convenção de Genebra, da qual o Brasil é signatário, fala em seu artigo primeiro em preservar as culturas indígenas e em integrar os índios, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional. Distingue, portanto, como o faz a Convenção de Genebra, entre a assimilação, que rechaça seu artigo segundo (2 c) e a integração. Integração não pode com efeito ser entendida como assimilação, como uma dissolução da sociedade nacional, sem que o artigo primeiro do Estatuto se torne uma contradição em termos. Integração significa pois darem-se às comunidades indígenas verdadeiros direitos de cidadania, o que certamente não se confunde com emancipação, enquanto grupos etnicamente distintos, ou seja, provê-los dos meios de fazerem ouvir sua voz e de defenderem adequadamente seus direitos em um sistema que, deixado a si mesmo, os destruiria: e isto é, teoricamente pelo menos, mais simples do que modificar uma lei. Trata-se — trocando em miúdos — de garantir as terras, as condições de saúde, de educação; de respeitar uma autonomia e as lideranças que possam surgir: lideranças que terão de conciliar uma base interna com o manejo de instituições nacionais e parecerão por isso mesmo bizarras, com um pé na aldeia e outro — por que não? — em tribunais internacionais.

Tudo isto parece longe das preocupações da presidência da FUNAI, mais interessada em “critérios de indianidade” que a lirassem de uns quantos índios “a mais”. Esses critérios já estão consagrados na antropologia social, e são aplicados na definição de qualquer grupo étnico. Entre eles, não figura o de “raça”, entendida como uma subdivisão da espécie que apresenta caracteres comuns heredi-

tários, pois esta não só foi abandonada enquanto critério de pertinência a grupos sociais, como também enquanto conceitos científico. Raça não existe, embora exista uma continuidade histórica de grupos de origem pré-colombiana. Tampouco podem ser invocados critérios baseados em formas culturais que se mantivessem inalteradas, pois isso seria contrário à natureza essencialmente dinâmica das culturas humanas: com efeito, qual o povo que pode exibir os mesmos traços culturais de seus antepassados? Partilhariamos nós os usos e a língua que aqui vigoravam há apenas cem anos? Na realidade, a antropologia social chegou à conclusão de que os grupos étnicos só podem ser caracterizados pela própria distinção que eles percebem entre eles próprios e os outros grupos com os quais interagem. Existe enquanto se consideram distintos, não importando se esta distinção se manifesta ou não em traços culturais. E, quanto ao critério individual de pertinência a tais grupos, ele depende tão-somente de uma auto-identificação e do reconhecimento pelo grupo de que determinado indivíduo lhe pertence. Assim, o grupo pode aceitar ou recusar mestiços, pode adotar ou ostracizar pessoas, ou seja, ele dispõe de suas próprias regras de inclusão e exclusão.

Comunidades indígenas são pois aquelas que, tendo uma continuidade histórica com sociedades pré-colombianas, se consideram distintas da sociedade nacional. E índio é quem pertence a uma dessas comunidades indígenas e é por ela reconhecido. Parece simples. Só que conserva às sociedades indígenas o direito soberano de decidir quem lhe pertence: em última análise, é esse direito que a FUNAI lhes quer retirar. Claro está que índio emancipado continua índio e, portanto, detentor de direitos históricos. Mas tal não parece ser a interpretação corrente da FUNAI, que lava as mãos de qualquer responsabilidade em relação aos índios emancipados.

Assestadas — como já dissemos — contra as incipientes lideranças indígenas, as modificações no Estatuto podem trazer malefícios adicionais: a emancipação leva, por caminhos que já foram amplamente discutidos há dois anos e meio, à expropriação de terras das comunidades indígenas. Salta aos olhos, com efeito, que se trata de uma nova versão do famigerado decreto de regulamentação da emancipação, rechaçado pela opinião pública em 1978 e, em vista disso, engavetado. Desta vez, porém, a versão é mais brutal: se o projeto do decreto era ilegal por contrariar o Estatuto do Índio, projeta-se agora alterar o próprio Estatuto, e conferem-se poderes discricionários a um tutor cuja identidade de interesses com seus tutelados não é patente.

Na verdade, o que deveria estar claro é que a posição especial dos índios na sociedade brasileira lhes advém de seus direitos históricos nesta terra: direitos constantemente desrespeitados mas essenciais para sua defesa e para que tenham acesso verdadeiro a uma cidadania da qual não são os únicos excluídos. Direitos portanto, e não privilégios, como alguns interpretam. Uma maneira de se tratar a questão é fazer como o frade do apólogo: batizar os índios de emancipados... e comê-los.

Manuela Carneiro da Cunha é presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo e professora de Antropologia da UNICAMP.



Kren Akarore



Maku

Marcos Santilli

O ÍNDIO EXIGE RESPEITO

Marcos Terena

Só descobri a FUNAI em 1976, quando cheguei a Brasília. Até então, nunca soube que havia tutor e tutelado, nunca tinha ouvido falar em direitos e, principalmente, em integração. Foi ali, finalmente, que assumi minha condição de índio. O meu Deus, afinal, não é o da escola Batista de Campo Grande, onde fiz o primário, mas o "itu-ku-oviti", que me ensinaram na aldeia — o criador. Meu povo cultua esse deus respeitando tudo o que ele fez: céu, sol, chuva.

Minha raça é orgulhosa e perseverante. Tenho brevê de piloto e vou me formar em administração no próximo ano, mas não vejo isso como uma dádiva de quem quer que seja e, sim, como uma conquista pessoal. Vou vencer qualquer obstáculo. Já fiz alguns vôos para a FUNAI e, no ano passado, pedi minha efetivação como piloto do órgão. O coronel Nobre da Veiga, presidente, sugeriu uma troca: a efetivação pela emancipação. Não entendi. O que lucra a FUNAI com minha emancipação? Eles querem a integração ou a emancipação? Por que, para ser piloto do órgão de assistência ao índio, preciso deixar de ser índio?

Aceito a integração "progressiva e harmoniosa", a comunidade nacional, como reza o Estatuto do Índio. É inevitável. Mas a integração que eu admito deve basear-se num profundo respeito pelos aspectos étnicos e características comunitárias de cada nação. Deve preservar o índio, não transformá-lo em mais uma figura pitoresca dos anais da história ou dos filmes de banguê-banguê do futuro. A FUNAI, ao contrário, encara o Estatuto do Índio, como um mero livro de poesias. Quer a emancipação, não a integração progressiva.

Lá estão seus técnicos discutindo nosso futuro e o que é melhor para nós, sem considerar, até por uma questão de elegância, o que nós pensamos e sentimos em relação a tudo isso. O índio brasileiro não pode esperar calado, como a FUNAI quer, que planejamentos e estudos sejam feitos atrás de escrivaninhas e gabinetes, enquanto o progresso se interioriza, como se diz, e nos atinge. E como nos atinge? Com sua pior parte: suas doenças, seus vícios, a degeneração.

Na Semana do Índio do ano passado, fomos pedir ao Coronel da Aeronáutica Ivan Zanini Hausen, diretor do Departamento de Planejamento Comunitário da FUNAI para participar da programação e das atividades. O coronel nos respondeu com um maço de papéis e, displicentemente, pediu que nos adequássemos ao que já estava pronto. Eram filmes, cartazes, exposições, tudo perfeito. Só faltava uma coisa: o índio.

Nosso contato — meu e dos outros catorze índios que estudam em Brasília — com a FUNAI é sempre por intermédio do mesmo coronel Zanoni Hausen que, nas infundáveis reuniões da FUNAI, adverte seus colegas: "Estamos criando cobras para nos picar". E é ele quem cita suas "equipes técnicas" que traçam nossos rumos.

Foram sociólogos, psicólogos e pedagogos, por exemplo, que decidiram por nós que estudar em Brasília é pernicioso para nossa formação. "Desaldeamento e vida em cidades atípicas", argumentaram para nos enxotar de Brasília. E o que dizem os antropólogos? Aliás, onde estão os antropólogos da gestão anterior?

Tive muita dificuldade de adaptação quando saí da minha aldeia para estudar em Campo Grande, a 300 quilômetros. Não conseguia entender, por exemplo, por que meus colegas riam tanto de meus sapatos furados e por que o pai de um deles me comprou sapatos novos. Só resolvi aceitar o presente quando me convenci de que era eu quem fazia o favor — pai e filho me garantiram que uma das frustrações do menino era não usar sapatos iguais aos meus. Custei, portanto, a entender conceitos como generosidade e pobreza. Para os "civilizados", tudo gira em torno do dinheiro; para nós, em torno da subsistência.

Algumas coisas, entretanto, eram muito claras. Entendi imediatamente, tempos depois, quando a irmã de meu amigo dos sapatos recriminou: "Mamãe já disse para você não falar com esse bugre". "Bugre", na minha infância, era tudo aquilo que ninguém quer ser; o índio saído da aldeia, ingênuo e turrão.

Não sou mais um "bugre", não fui encontrado pela FUNAI, continuo sem emprego e sob a ameaça de ser expulso de Brasília. Mas não deixei de ser índio. A integração com respeito é uma utopia? Pode ser, mas nós vamos lutar por isso. Lutar é uma característica de minha raça e vamos transmitir aos nossos descendentes o que nossos pais nos ensinaram: força, coragem e senso de justiça.

Tukano



Marcos Santilli

A emancipação de Mário Juruna, do cacique Raomi, a minha — como representante de uma nova geração de índios conscientes — seria, inevitavelmente, o primeiro passo para a perda de nossos direitos e de nosso principal bem: a terra.

Não sou Marcos. Sou Marcos Terena, tão índio quanto nasci. Se aceitasse a emancipação sugerida pelo presidente da FUNAI, estaria não só tirando minha condição de índio, mas traindo 11.000 terenas e quase 200.000 indivíduos índios.

Mariano Marcos Terena é índio da tribo Terena e estudante de administração de empresas em Brasília.

DIÁLOGO ECUMÊNICO E INDIGENIZAÇÃO DA IGREJA

Excerto de "Culturas Indígenas e Evangelização. Pressupostos para uma Pastoral Libertadora de Inculturação", Brasília, 1981, mimeog.

Pe. Paulo Süess

Na sua recente viagem à África, João Paulo II postulou a "africanização" da Igreja. É justo, portanto, cobrar da Igreja sua "indigenização" nas Américas. Uma Instrução da Propaganda Fide do século XVII já fala com muito respeito diante dos povos recém-contatados:

"Não vos empenheis por nada, não adianteis nenhum argumento para convencer estes povos a mudar seus ritos, seu usos e seus costumes a não ser que sejam evidentemente contrários à religião e à moral (...). Não introduzais neles nossos países, mas a fé, esta fé que não rejeita nem ofende os ritos e os costumes de nenhum povo, desde que não sejam detestáveis, mas que muito ao contrário deseja que sejam conservados e protegidos (1)."

A prática missionária na chamada América Latina — o texto é do contexto asiático, do tempo do Pe. Antônio Vieira em Belém — era bem diferente. Depois de quase cinco séculos de atividades missionárias em territórios indígenas estamos ainda no começo. Onde está a Igreja índia? Enquanto o missionário é substituído por outro missionário, a Igreja não nasceu. Por que não nasceu ainda essa Igreja índia, mesmo depois de tantos sacrifícios por parte dos missionários e das Missões? Ignorância? Traição? Omissão? Incompatibilidade?

Historicamente, ao testemunho da vida foi logo superposta a pregação catequética, que não respeitou o ritmo próprio dos povos. Os missionários reuniram diversas tribos num aldeamento para poderem eficazmente catequizá-los. Mas os índios dos aldeamentos já eram tapuios, destribalizados, étnica e culturalmente entregues à morte. Os Guarani, que sobreviveram até hoje, não são os Guarani das Reduções jesuíticas. Os Kayapó de hoje não são descendentes dos Kayapó que Frei Gil O.P., no começo do século, reuniu na fundação de Conceição de Araguaia. É uma constante histórica, os índios aldeados pelas Missões não sobreviveram etnicamente mais de quatro gerações.

No seu começo, a Missão se aliou à conquista militar, que, sem ela, não teria sido possível. Portugal, na época da conquista com um milhão de habitantes, não teria tido condições para enfrentar cinco milhões de índios — além dos "compromissos" em outros países —, e ainda importar, nos próximos três séculos, seis milhões de negros da África, se esta conquista não tivesse sido acompanhada por uma ideologia militante, que era o cimento ideológico do imperialismo português. A conquista da terra e a propagação da fé eram consideradas como uma obra messiânica. A "conquista" espiritual queria ganhar almas numa "batalha" pela fé para a "vitória" da Santa Cruz e a "glória" de Deus. O messianismo (Sebastianismo!) português instrumentalizou todo um vocabulário militar para caracterizar a tarefa missionária.

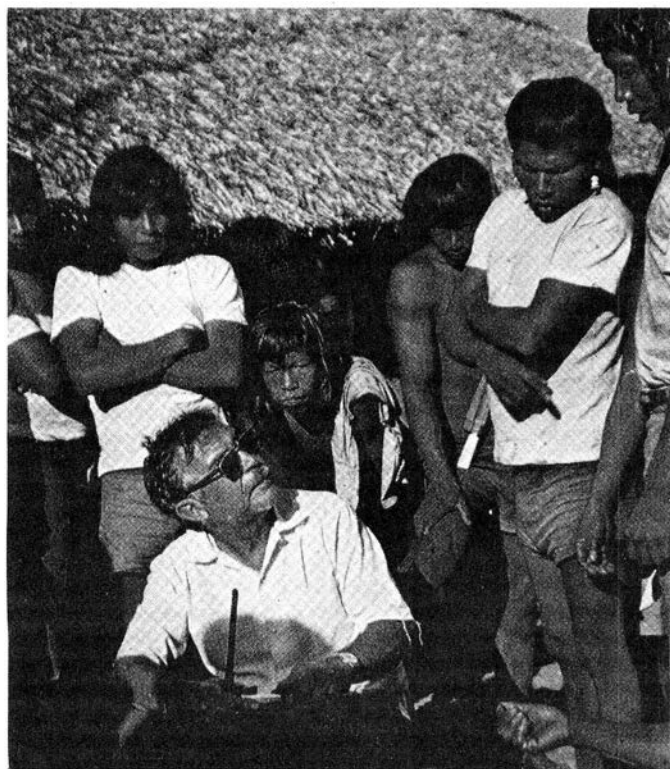
A conquista espiritual, em consonância com a conquista militar queria ganhar o maior número possível de almas. A universalidade numérica e territorial. A magia do "maior número possível" cria proselitismo e sacramentalismo individual. No fundo havia um etnocentrismo anti-evangélico, que despreza o OUTRO como "tábula rasa" ou como "terreno baldio" e impõe seu mundo como o melhor e se nega ao diálogo. Há ainda muitas lições da história missionária a decifrar para a atuação da Igreja junto aos povos indígenas.

A monocultura eclesiástica de uma Igreja romanizada contradiz muitas declarações de boa vontade sobre a equidistância da Igreja diante das diferentes culturas. A Igreja indígena mostraria de fato que o cristianismo não se identifica com uma cultura, mas que ele se serve dos canais culturais disponíveis. É um direito e uma promessa, que os missionários devem cobrar:

"O Evangelho, e conseqüentemente a evangelização, não se identificam por certo com a cultura e são independentes em relação a todas as culturas. E no entanto, o Reino que o Evangelho anuncia é vivido por homens profundamente ligados a uma determinada cultura, e a edificação do Reino não pode deixar de servir-se de elementos da cultura e das culturas humanas. O Evangelho e a evangelização, independentes em relação às culturas, não são necessariamente incompatíveis com elas, mas suscetíveis de as impregnar a todas sem se escravizar a nenhuma delas (2)."

(1) Instrução da Sagrada Congregação para Propagação da Fé, 1659, em *Collectanea S.C. de Propaganda Fide*, Roma 1907, 2ª ed.

(2) *Evangelii Nuntiandi* 20



Kren Akarore

Uma Igreja acima das culturas seria uma Igreja desencarnada. Uma Igreja ligada a uma só cultura é uma Igreja etnocêntrica, autoritária e etnocida. A missão "ad gentes" preserva a Igreja do narcisismo, do fechamento sobre si mesma e também do autoritarismo do "dono da verdade". A proclamação do Evangelho é uma proposta, nunca uma imposição. A própria estrutura da fé é uma estrutura de diálogo, de escuta e resposta:

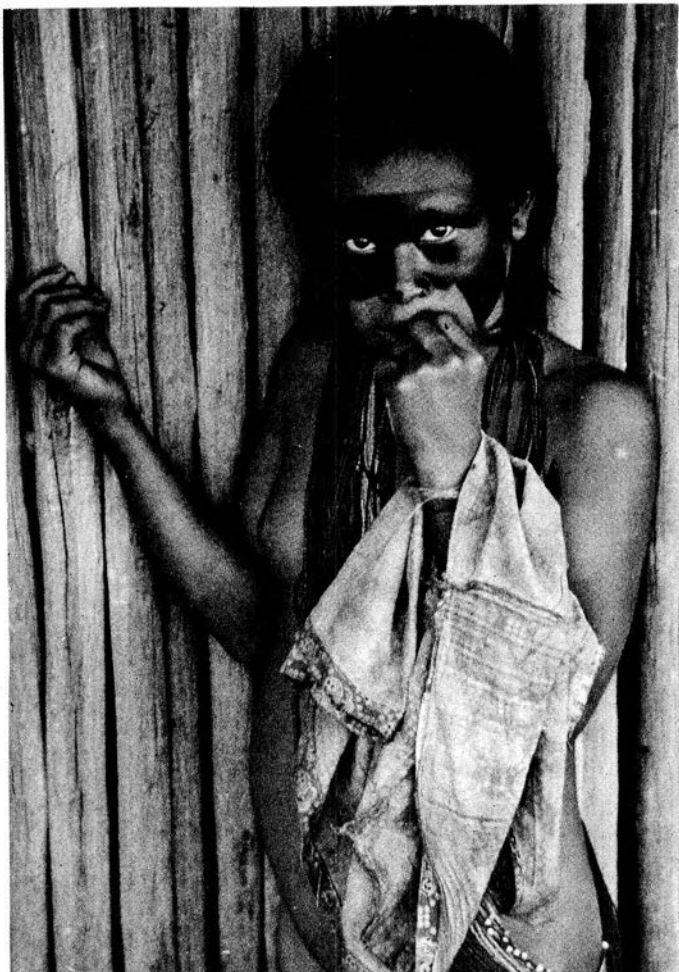
"Está pois em plena consonância com a índole da fé; que em matéria religiosa se exclua qualquer gênero de coação da parte dos homens. Dondé se infere que um regime de liberdade religiosa contribui não pouco para favorecer aquele estado de coisas em que os homens podem ser convidados desembaraçadamente para a fé cristã, podem abraçá-la por própria determinação e professá-la ativamente em toda a trama da vida (3)."

O missionário se relaciona com os povos indígenas "mediante um diálogo cheio de sinceridade e paciência" (4). O diálogo inspirado pelo Evangelho não admite coação, nem conquista militar ou proselitismo. O VATICANO II não colocou a "Declaração sobre a Liberdade Religiosa" como um apêndice dentro do "Decreto 'Unitatis Redintegratio' sobre o Ecumenismo" como inicialmente era previsto. A liberdade religiosa não é apenas uma exigência para católicos minoritários em países protestantes ou comunistas, mas direito também a ser concedido pelos cristãos dos "países católicos" a minorias religiosas, é um "direito humano" conforme a "Declaração 'Dignitatis Humanae' sobre a Liberdade Religiosa": "Os homens devem ser imunes da coação (...) de tal sorte que em assuntos

(3) Declaração "Dignitatis humanae" sobre a Liberdade Religiosa, nº 11.

(4) Ad Gentes 11

Von Puttkamer



Txukahamãe

A maioria das missões evangélicas não demonstra preocupação pelas condições sociais da vida dos índios. Existe, no entanto, uma organização de missionários crentes que aponta em uma outra direção: trata-se do Grupo de Trabalho Missionário Evangélico, o GTME. Publicamos aqui o seu documento de fundação.

DOCUMENTO FINAL DO ENCONTRO "PRESENÇA EVANGÉLICA NAS FRONTEIRAS INTERNAS DO PAÍS"

Nós, missionários e obreiros das Igrejas Evangélicas Metodistas, de Confissão Luterana e da Federação Nacional das Igrejas Presbiterianas, reunidos nos dias três a onze de agosto, na Chácara Flora, em São Paulo, para o Encontro "Presença Evangélica nas Fronteiras Internas do País", vivendo dias de intensa fraternidade, reflexão e troca de experiências, lembrando-nos de tantos outros missionários que compartilham do mesmo compromisso de fé cristã, sentimos o dever de levar a público as seguintes preocupações, descobertas e esperanças:

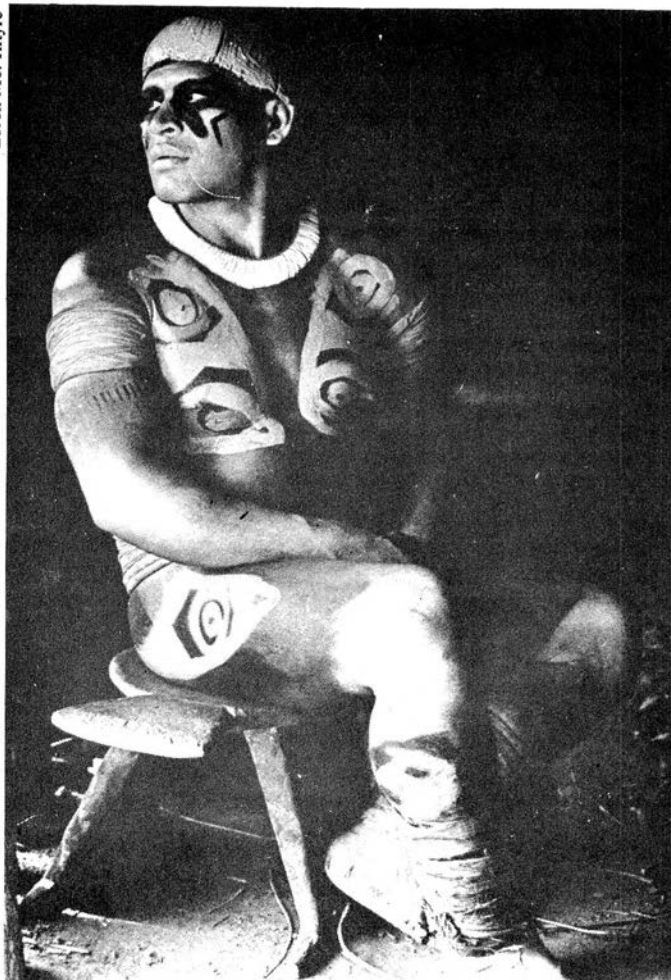
I — Levantamento da Realidade

a) Atuando como obreiros das Igrejas no meio rural, deparamo-nos com os crescentes problemas de uso e posse da terra: a concentração de grandes extensões de terra nas mãos de uma minoria; o empobrecimento e a degradação do posseiro, do arrendatário e do pequeno proprietário; o conseqüente êxodo rural, que tem provocado o inchamento das cidades e metrópoles; o aumento brutal do número de trabalhadores volantes, peões e bóias-frias, sem as mínimas condições de uma vida digna; o crescente número de conflitos de terra, que explodem em diversas partes do País, como por exemplo em Rondônia, no Mato Grosso, na área da Transamazônica, nas margens do Rio São Francisco, na área da Usina de Itaipu; a colonização nos moldes atuais que criou uma falsa idéia de desenvolvimento e progresso; a colonização recente que estimulou um grande movimento migratório no País, deslocando milhares de famílias de forma de-

sumana, desenraizando-se, sem garantir melhores condições de vida.

b) Atuando como obreiros das Igrejas junto a comunidades indígenas verificamos: a invasão constante que sofrem a maioria das áreas indígenas; os graves conflitos gerados por esta situação; a exploração da mão-de-obra indígena; a situação dramática de alguns grupos em processo de extermínio; a degradação da cultura desses povos no contato com a sociedade nacional; a dificuldade do relacionamento com a FUNAI.

Neste momento, chamamos a atenção especialmente para os seguintes casos: as terras dos Suruí, em Rondônia, continuam invadidas por mais de duzentas famílias, causando constantes atritos entre índios e colonos; as terras dos Arara e Xikrin, no Pará, estão ameaçadas por colonizadores e madeireiras. Entre estes grupos, está a COTRIJUI — Cooperativa Regional Tríticola de Ijuí (RS), criando condições que



Waurá

poderão levar a graves conflitos entre colonos do Sul e a nação Arara; a invasão das terras dos Kaingang, de Guarita, no Rio Grande do Sul.

Com base nestes fatos, propugnamos pela urgente demarcação das terras indígenas, respeitados os seus interesses, pela devolução das terras invadidas, por condições de vida mais humanas para essas comunidades. Apelamos à consciência nacional, para que veja os povos indígenas como irmãos livres e protagonistas do seu próprio destino.

Neste sentido, apoiamos integralmente a criação do Parque Indígena Yanomami.

II — Dispersão dos Missionários

Como missionários vindos das mais diferentes paragens deste País, nos identificamos com as populações às quais fomos enviados pela Igreja de Cristo. Constatamos, na reflexão do nosso trabalho, uma situação de isolamento e dispersão, que tem impedido um maior intercâmbio de idéias e experiências. Em vista disto, sentimos a necessidade da criação de um grupo de trabalho interdenominacional, que ser-

virá para a maior cooperação e integração daqueles que se encontram nas frentes missionárias.

III — Missão e Evangelização

O Evangelho é a boa notícia de Deus para toda a humanidade. Deus está em Cristo (2 Co 5.19). Deus se fez homem, se fez servo dos homens em Jesus de Nazaré, para libertá-los de tudo aquilo que os escraviza. Portanto, a boa notícia é a mensagem de justiça e liberdade.

Missão e Evangelização se confundem: é a ação de Deus para a libertação de cada pessoa. Nós somos parte do povo que está sendo alvo desta ação de Deus. Portanto, como participantes deste agir de Deus é que somos levados a evangelizar, em palavra e vida.

Cremos que, no contexto da evangelização, somos colocados no compromisso de viver o Evangelho entre este povo oprimido, pondo-nos ao seu lado na defesa dos seus mais legítimos direitos. Assim entendemos ser hoje a ação profética da Igreja (Mt 28,18-20; Lc 4.18,19).

religiosos ninguém seja obrigado a agir contra a própria consciência, nem se impeça de agir de acordo com ela... (5).” A questão indígena deve ser muito mais enfocada a partir do “diálogo religioso” do que a partir do imperativo missionário convencional.

A liberdade religiosa não é apenas um direito individual. É um direito do grupo e dos grupos religiosos, da comunidade religiosa. A este direito corresponde o plano de Deus salvar os homens não como indivíduos isolados, mas como povo (6). São povos, são nações indígenas e não apenas “índios”, que os missionários se propuseram salvar da extinção. Se o berço do cristianismo foi numa religião tribal, por que rejeitar o diálogo à religião tribal dos povos indígenas? Diálogo este que não negamos ao budista, nem ao ateu? No diálogo ecumênico deve haver dois eixos. Primeiro ele é uma exigência interna de um cristianismo, dividido e atuante como divisor em terras indígenas. Segundo, ele seria também uma reparação histórica, que respeite as religiões e o pluralismo cultural dos povos indígenas, não admitindo mais a analogia entre tecnologia tribal primitiva e religião.

A indigenização da Igreja, uma exigência da sua catolicidade, é a condição do seu nascimento (“implantação”) em território indígena. O “diálogo ecumênico” lançará luz sobre o ritmo e a necessidade desta indigenização.

(5) Dignitatis Humanae 2

(6) Cf. Dignitatis Humanae 4 e Gaudium et Spes 9.

Pe. Paulo Süess é Secretário-geral do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão oficial da CNBB.

IV — Encarnação

A necessidade da presença das Igrejas evangélicas nas áreas de fronteira interna, fez com que estas Igrejas passassem por muitas mudanças. Registramos, com alegria, os novos caminhos que se abrem para que nossas Igrejas sejam cada vez mais enraizadas na vida e na cultura do nosso povo.

Assumimos, na fé, a grande esperança guardada no seio do nosso povo por uma mudança que realize a justiça e anuncie o ano aceitável do Senhor (Fp 2.5-11; Jo 1.14).

No encerramento deste encontro, reafirmamos nossa fé, e oramos para que o amor se realize em nós, de tal forma que possamos ser corpo vivo de Cristo no meio do povo, para sua redenção, para que não recebam em vão a graça de Deus (2 Co 6.1).

São Paulo, 11 de agosto de 1979.

OS ÍNDIOS, A OPOSIÇÃO E A DEMOCRACIA

Rubem César Fernandes

Se os índios são tão poucos, por que se incomodar tanto? Se via de regra não votam, por que haveriam os políticos de se interessar por eles?

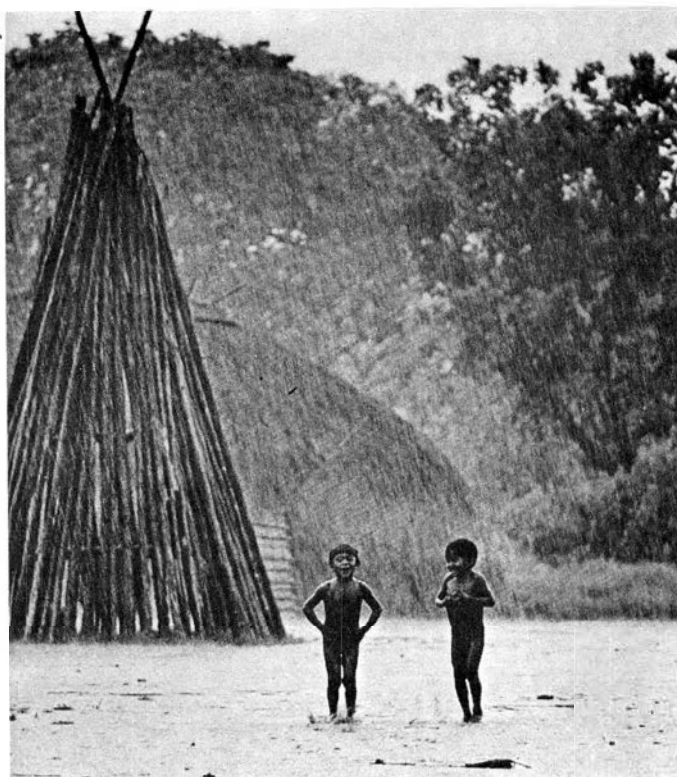
Em primeiro lugar, é preciso relativizar estes números. Mais de 150 línguas faladas não é nada pouco para um só país. Oito mil Yanomami, perambulando à cata de frutos e caça, enchem de gente as florestas de Roraima e Amazônia na vizinhança da Venezuela. Impossível chegar perto sem povoar toda a imaginação com o nome "Yanomami"! Impossível sair da estrada em certa área da Rondônia sem pensar "Suruí"! Os colonos e as empresas que ocupam o Mato Grosso aprenderam a se incomodar com os Xavantes. Os produtores de soja do Mato Grosso do Sul valorizam o trabalho dos Guaranis e cobiçam diariamente as suas terras.

Eis portanto um bom motivo para os políticos da oposição atentarem para a questão indígena: são, fisicamente, força ponderável nas regiões das chamadas frentes de expansão da sociedade nacional. Quem anda por lá sabe deles e sempre de maneira atravessada, como um grupo social que não se ajusta e resiste aos padrões de ocupação favorecidos pelo Governo. Delfim conta com as frentes de expansão para amarrar a sua solução para o problema agrário; a oposição deveria poder contar com os índios para encaminhar uma outra amarração.

Há um outro motivo: "Índio" mobiliza. De fato, são diferentes entre si em muitas maneiras, seja quanto à organização social, à mitologia, à prática política, ao tipo de inserção na sociedade regional etc. Mas para nós em contraste com o nosso sistema, é difícil deixar de pensá-los em conjunto e quase sempre de forma passional. Há os que os querem com fúria, como a bichos selvagens ou a espíritos do mal. E há os que por eles se enamoram perdidamente. Observando este estranho envolvimento emocional, já se comentou que os índios são "o divã da civilização" — eles induzem às mais íntimas confissões.

Em outras palavras, a questão indígena tem um elevado valor simbólico e, portanto, ideológico. Por exemplo: a sociologia do conhecimento ensina que o trabalho voluntário é particularmente expressivo dos valores constitutivos de uma dada sociedade. Pois nos Estados Unidos, de todas as agências promotoras de vocações voluntárias, as missões para a conversão dos "selvagens" de além-mares são de longe as que maior apoio recebem das comunidades locais. Há sempre recursos e uma longa lista de candidatos à espera da licença para abrir, por exemplo, mais uma base missionária no interior da Amazônia. É sobre os índios que a ideologia do destino civilizador da América do Norte projeta suas convicções mais profundas.

Loren Mc. Intyre



Kuikuro

Outro exemplo: as missões indígenas católicas, que andavam meio esquecidas ainda na década de 1960, saltaram para o primeiro plano com o movimento de renovação eclesial dos últimos anos. Com a liderança do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o questionamento interno à Igreja descobriu no índio um dos seus maiores desafios. Para os missionários das mais diversas orientações, os índios representam o humano que está nos limites últimos da civilização cristã, colocando pois em questão os próprios fundamentos do "nosso" mundo. Os políticos à procura de grandes causas deveriam refletir sobre o impacto mobilizador que a questão indígena apresenta para as Igrejas cristãs.

Um último ponto: os democratas lembram, com horror, dísticos do tipo "ame-o ou deixe-o" e a glorificação da bandeira que escondia a idolatria do Estado autoritário. Pois bem, ao símbolo da "Nação" uniformizada em obediência submissa ao Estado é preciso contrapor outros que valorizem a diversidade e os direitos da sociedade civil. Entre eles, o direito à sobrevivência dos povos indígenas é dos mais significativos, ilustrando com imagens candentes o princípio da pluralidade cultural que é constitutiva da sociedade brasileira. Este princípio interessa a outros grupos e deve já ter valor evidente para um projeto democrático. Se é assim, devemos reconhecer ainda que, invertendo a lógica dos números, os "poucos" índios podem contribuir em muito para a redefinição de princípios tão básicos como o da cidadania e dos seus direitos no Estado brasileiro.

Rubem César Fernandes — Antropólogo e professor do Museu Nacional — RJ.

Aconteceu

Abril de 1981

PROJETO GOVERNAMENTAL AMEAÇA DIVIDIR IANOMAMI

Acuados desde 1974 por frentes de penetração em seu território tradicional — principalmente minerações, abertura de estradas e projetos agrícolas — que lhes causaram centenas de mortes por doenças e conflitos, e destruição de vários grupos de malocas, os quase nove mil índios da nação Ianomami — habitantes tradicionais de 13% do Território Federal de Roraima e boa parte do Estado do Amazonas, na fronteira com a Venezuela — correm, agora, o risco de terem metade de seu território dividido, com sérios prejuízos para uma população de dois mil e oitocentos indígenas. É que está em discussão pelo Governo uma proposta do Gabinete Civil da Presidência da República para criar na área um Parque Federal e não exatamente o Parque Ianomami, pelo qual desde 1968 várias entidades envolvidas na questão indígena vêm lutando.

A idéia do Governo é criar um Parque Federal com três milhões e quinhentos mil hectares, sem as áreas tradicionalmente indígenas do Estado do Amazonas e do rio Catrimani, ao sul de Roraima, nas proximidades da Perimetral Norte. O que equivale a uma redução de dois milhões e novecentos mil hectares na área originalmente pretendida para o parque Ianomami — segundo proposta de várias entidades indigenistas —, que é de seis milhões e quatrocentos mil hectares. A proposta governamental, além disso, deixa de fora da área do Parque Federal cerca de cinquenta aldeamentos Ianomamis, do total de duzentos já detectados em território brasileiro. Nestas malocas, a população estimada é de dois milhões e oitocentos mil.

A Comissão Pró-criação do Parque Ianomami já fez seu protesto formal "contra mais esta barbaridade que divide uma nação inteira de índios, desconhece sua necessidade de áreas contínuas e entrega o povo Ianomami a um extermínio lento e progressivo, com o qual ninguém pode concordar em sã consciência". Neste Parque Federal o Governo manteria postos de várias autoridades federais espalhadas em toda a região, além de batalhões do Exército. As diversas áreas entre os grupos indígenas ficariam assim inteiramente abertas para a exploração mineral da região, com sérios danos ao povo Ianomami, cujo isolamento seria fictício.

A proposta do Governo praticamente desconsidera uma característica básica dos Ianomami: seu nomadismo intermitente, já que os exercícios de sua atividade sócio-econômica requerem áreas bastante amplas. Assim, é impossível aos Ianomamis conservar sua cultura e seus costumes intactos numa área reduzida. Os Ianomami não exploram predatoriamente a floresta e os recursos naturais. Após algum tempo num lugar, eles se deslocam permitindo a renovação das fontes naturais de sua sobrevivência física e cultural.

O povo Ianomami, atualmente, é formado por um total de dezenove mil índios, dos quais nove mil no Brasil e dez mil na Venezuela, na fronteira com o Brasil. Hoje constitui a maior nação indígena de toda a América que ainda conserva cultura, língua e costumes próprios. Pretender dividir uma comunidade Ianomami da outra com redução das áreas de circulação dos índios, é o primeiro passo para sua destruição.

Esta proposta do Governo é, na realidade, apenas mais uma das ameaças que desde 1974 vêm pairando sobre aquele povo: abertura da estrada Perimetral Norte (BR-210). Treze aldeias foram praticamente destruídas e mais de dois mil índios morreram de gripe, sarampo e doenças venéreas.

Após a descoberta pelo RADAM de grandes jazidas minerais na região, registrou-se uma grande corrida de garimpeiros à serra dos Surucucus, onde há a maior concentração de Ianomamis em território brasileiro.

A FUNAI declarou como "de ocupação indígena" vinte e uma áreas diminutas e descontínuas, desconhecendo a característica nômade do grupo Ianomami e sua necessidade de áreas grandes e contínuas.

Também o INCRA, na ocasião, promoveu ocupação de parte das terras dos Ianomamis ao iniciar a demarcação de suas glebas em Roraima, com oitocentos mil hectares. Todas as ameaças fizeram surgir a idéia da criação do parque Ianomami, defendida por dezenas de entidades nacionais e internacionais, até mesmo pelo Conselho Mundial dos Povos Indígenas, através da ONU, que o considera de "importância fundamental à preservação do povo Ianomami". A proposta do Governo não satisfaz as necessidades do povo Ianomami.

BARRAGEM DE BALBINA INUNDA TERRITÓRIO DOS WAIMIRI-ATROARI

A construção da hidrelétrica de Balbina, no Estado do Amazonas, a cento e quarenta e seis quilômetros de Manaus, vai inundar o território dos Waimiri-Atroari, confederação indígena que vive ao sul de Roraima. Um grupo ainda arredio, não contactado pela FUNAI encontra-se na área a ser inundada. A barragem de Balbina se situa a trezentos e dezoito quilômetros da foz do rio Uatuma e seu canteiro de obras fica a cinquenta quilômetros da aldeia. Informa o missionário Egídio Schwade que a reserva indígena "foi delimitada pelo Governo sem levar em conta critérios antropológicos e os direitos imemorais dos Waimiri-Atroari". Antes mesmo de ser iniciada a obra, os Waimiri-Atroari já estão proibidos de navegar pelo rio Santo Antônio do Abonari onde foi estendida uma cerca de arame farpado.



Tukano

FUNAI INSPECIONA "NOVAS TRIBOS"

O presidente e diretores da FUNAI, acompanhados do secretário-geral do Ministério do Interior, iniciaram uma viagem de quatro dias aos grupos indígenas do Alto Rio Negro, no Amazonas, incluindo quatorze comunidades, com o objetivo oficial, conforme foi anunciado, de avaliar o trabalho das missões "Novas Tribos do Brasil". Fontes da FUNAI revelaram que a viagem tem por finalidade, de fato, inspe-

ÍNDIO ACUSA FUNCIONÁRIO DA FUNAI

O chefe da ajudância da Fundação Nacional do Índio em Barra da Garça (MT), Rodolpho Valentim, está tentando dividir as lideranças xavantes mais representativas e é responsável pelo desvio de parte de quatrocentos milhões destinados às comunidades xavantes de Mato Grosso. É o que denunciou esta semana um grupo de índios que veio a Brasília liderado pelo cacique Aniceto Tsudzawéré, da aldeia de São Marcos. O presidente da FUNAI recebeu a denúncia por escrito, cuja conclusão adverte sobre a possibilidade de ocorrer um conflito grave. "E se isso acontecer — diz o cacique Aniceto — de quem será a culpa? Dos índios ou da FUNAI?" O Presidente do órgão tutelar disse que, caso sejam comprovadas as denúncias, o funcionário será afastado.

cionar o trabalho daquelas missões diante de denúncias do Conselho Indigenista Missionário — CIMI — e de antropólogos, de que estariam utilizando meios de aculturação contrários à política indigenista do País e, com isto, deturpando a cultura indígena. As mesmas fontes da FUNAI informaram terem sido demarcados até agora apenas treze milhões e setecentos mil hectares de um total de 41 milhões de hectares de terras indígenas.

EM ALAGOAS, FESTA INDÍGENA

Todas as tribos indígenas de Alagoas vão participar da festa dos índios Caririxucurus, em Palmeira dos Índios, a 140 quilômetros de Maceió, pela vitória da demarcação das terras da fazenda Cafurna, após muitos anos de luta. A informação foi dada pelo antropólogo Clóvis Antunes, coordenador da Comissão Pró-Índio de Alagoas.

CIMI DIZ QUE GOVERNO SE OPÕE A ENTIDADE INDÍGENA

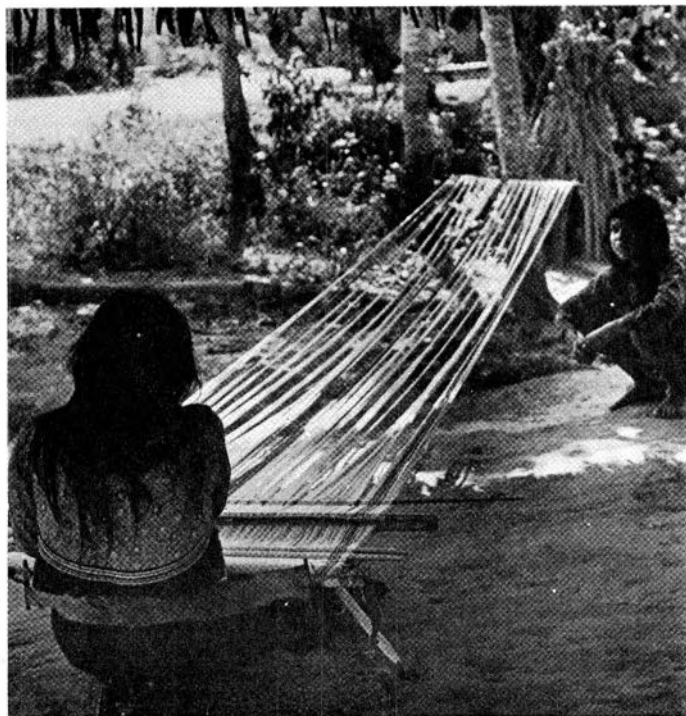
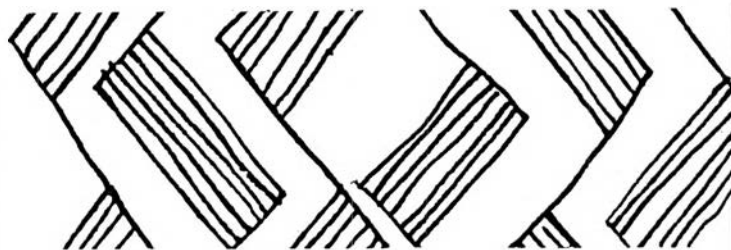
O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), divulgou nota acompanhada de cópias de documentos confidenciais que afirma terem sido encaminhados pelo Gabinete Civil da Presidência da República para o Ministro Mário Andreazza. Um dos documentos contém orientação, por "ordem do Senhor Presidente da República", para que a FUNAI não ajude ou estimule a constituição da entidade União das Nações Indígenas. O CIMI afirma que em outro documento, não divulgado, o SNI propõe ao Gabinete Civil da Presidência da República a promoção imediata da revisão do Estatuto do Índio. O CIMI acentua que os documentos comprovam a intenção do Governo de modificar o Estatuto do Índio, "fato que o ministro Mário Andreazza vinha negando através da imprensa". A medida visaria a atingir diretamente a "crescente organização dos povos indígenas e a União das Nações Indígenas, órgão independente e criado pelos índios." Com a divulgação dos documentos, o CIMI pretende mostrar que tem fundamento o pronunciamento feito pelo Deputado Modesto da Silveira na Câmara, sobre a decisão presidencial de promover mudanças no Estatuto do Índio. Diz o documento: "Chegou ao conhecimento do Senhor Presidente da República constituição de entidade denominada União das Nações Indígenas, cuja finalidade seria congregar as tribos Xavante, Guarani, Terena, Guató, Kadiwéu e Caiuá (...). Concluídos estudos solicitados e evidenciadas a inconveniência e a inviabilidade jurídica da projetada entidade, como exposto na Nota anexa da Assessoria Jurídica do Gabinete Civil, apressamo-nos em transmitir a Vossa Excelência, de ordem do Senhor Presidente da República, orientação no sentido de que a FUNAI se abstenha de qualquer providência ou ajuda tendente a estimular a constituição da chamada União das Nações Indígenas."

OUTRO ÍNDIO ASSASSINADO: PATAXÓ

A Polícia Federal está apurando, no sul da Bahia, o assassinio do índio pataxó Carlito Mariano Ferreira, cometido a tiros por um branco, do qual só se sabia ontem, em Salvador, chamar-se Gérson. O crime ocorreu na localidade de Caraiíba, próxima à aldeia de Barra Velha, onde vivem os mil indígenas da tribo pataxó, e foi praticado a 6 de abril. A polícia afirma que sabia apenas que o crime teria sido consequência de antiga rixa entre vítima e acusado (?). Em Salvador, uma antropóloga da Universidade da Bahia, disse que recebeu notícias da aldeia pataxó e que tudo estava tranqüilo na tribo, apesar da insatisfação geral pela demarcação das terras concluída no ano passado pela FUNAI, uma vez que a área original da reserva havia sido reduzida; disse também que conheceu o índio assassinado. Era um homem pacato, com pouco mais de 50 anos, e que em 1977 tinha 10 filhos.

CIMI E FUNAI JUNTOS CONTRA O ÍNDIO

Demonstrando "sapiência inusitada" o coronel Hélio Campos, deputado federal do PDS de Roraima, falou ontem, no Ministério do Interior, sobre o relacionamento entre índios e fazendeiros em Roraima, "que viviam como irmãos (!) até a chegada do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da FUNAI para demarcar as terras indígenas." Hélio Campos fez sérias críticas à Igreja de Roraima, responsabilizando-a pelo clima de tensão existente no território, entre fazendeiros e índios. Para Campos "os índios são privilegiados e têm apoio de grupos estranhos", que não querem seu progresso. Sem mencionar que grupos não querem o desenvolvimento dos índios, o deputado afirmou ainda ser "contrário ao excesso de terras para os índios, pois dessa forma, dentro de 20 anos, vai haver genocídio. Quem defende muita terra para os índios não passa de demagogo e é malda-de querer manter os índios em estado primitivo. A integração é irreversível. O Brasil não pode cometer a loucura de mantê-los em estado primitivo, argumentou o "bondoso" coronel-deputado.



PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONTRA UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS (UNIND)

O Presidente da República é contra a União das Nações Indígenas — UNIND, entidade criada no ano passado por silvícolas de diferentes grupos, por considerá-la "inconveniente" e "apadrinhada" por pessoas que visam incompatibilizar os índios com a política indigenista oficial. Nesse sentido, proibiu à FUNAI de prestar qualquer apoio àquela entidade. A decisão presidencial baseou-se em relatório do Serviço Nacional de Informações, segundo o qual são graves os inconvenientes de as nações indígenas se agruparem num só organismo com apoio de pessoas dispostas a incentivar os índios contra o Governo. Em consequência dessa orientação, a Fundação Nacional do Índio já está preparando a revisão no Estatuto do Índio evitando que se repitam situações desse tipo, bem como regulamentando o capítulo referente à emancipação, para que não ocorram problemas como o do cacique Mário Juruna, que impedido pelo Governo brasileiro de comparecer ao IV Tribunal "Russel", pôde embarcar graças a "habeas corpus" do Tribunal Federal de

Recursos. O novo projeto de emancipação está sendo elaborado pela antropóloga Sônia Marcato e nele os índios poderão ser emancipados mesmo que não requeiram a liberação de tutela. Os primeiros visados no novo projeto são o cacique Mário Juruna e o índio Marcos Terena, que estuda em Brasília e pertence à UNIND. Enquanto o projeto de emancipação não fica pronto, a FUNAI vai aplicar os "indicadores de indianidade". Esses indicadores serão usados pela primeira vez entre os Pataxó, da Bahia, e os Utingui, de Alagoas, grupos em elevado grau de integração. Os indicadores, projeto elaborado pela professora de religião, Neide do Vale, a pedido do coronel Zanolini Hausen, assessor especial da Presidência da FUNAI, estão divididos em quatro pontos: indicadores apontados pela Comunidade Científica, apontados pelos índios (identidade étnica), conceitos apontados pela Sociedade Nacional e indicadores apontados pela FUNAI. Neste último capítulo, o órgão tutor pretende usar critérios históricos, geográficos, raciais e biológicos, legais e jurídicos, culturais, linguísticos e outros.

TRABALHADORES RURAIS DENUNCIAM CRIME

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura encaminhou ofício ao Presidente Figueiredo denunciando o assassinio do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela (AL), José Pedro dos Santos. O sindicalista foi morto a tiros na porta de sua residência e a CONTAG, no ofício, afirma que no Município de Capela é comum o desrespeito às leis trabalhistas por parte de maus patrões, "agravado pela prática freqüente de arbitrariedades contra trabalhadores e mesmo contra a atuação do sindicato". Poucos dias antes de ser morto, José Pedro dos Santos distribuiu uma carta aberta à população denunciando essas irregularidades.

MÉDICOS CAPIXABAS SÃO ATENDIDOS

Os médicos residentes do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória — o único especializado da rede oficial em Vitória (ES), em greve na penúltima semana de abril — foram atendidos na maioria de suas reivindicações pelo Governo do Estado. Um documento aceitando as condições dos médicos, assinado pelo presidente do Instituto Hospitalar do Espírito Santo, encerrou o movimento grevista, comprometendo-se, entre outras coisas, a dotar o hospital de material básico — a falta provocou, este ano, a morte de mais de cinco crianças — e a readmitir os grevistas dispensados.

VIOLÊNCIA NO ARAGUAIA

Em Goiânia, o secretariado nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou relatório sobre "violentas pressões" que policiais militares, jagunços e funcionários do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins estão fazendo sobre dezenas de famílias do povoado de Centro dos Mulatos, Município de São Sebastião do Tocantins, no extremo norte do Estado, a mil e quinhentos quilômetros de Goiânia. Esse município se localiza no chamado "Bico do Papagaio", confluência dos rios Araguaia e Tocantins e divisa de Goiás com Maranhão e Pará. Os conflitos naquela área começaram em 1975, quando o fazendeiro Belizário Rodrigues da Cunha e Oliveira expulsou cerca de seiscentas famílias de posseiros, tendo acabado, inclusive, com o povoado de Campestre. Em julho do ano passado, Demerval Oliveira, irmão de Belizário, embargou os serviços de lavoura de vários posseiros, apresentando uma ordem do juiz de Araguaiana, João

AGRICULTORES E CONTAG SÃO CONTRA A LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

Diretores da CONTAG e federações estaduais de trabalhadores na agricultura distribuíram documento protestando contra a "tendência" de enquadramento na Lei de Segurança Nacional do presidente da entidade, José Francisco da Silva, e do representante da confederação do Acre. Eles estão sendo processados na Décima Segunda Circunscrição Judiciária, em Manaus, acusados de incitamento à desobediência coletiva às leis, no caso do assassinato de um seringueiro em Brasília (AC). No documento, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura apresenta um balanço "parcial" dos conflitos de terra no País, que entre 1977 e 1979 envolveram mais de 75 mil pessoas, e criticam a política fundiária do Governo. Os recentes dados de cadastramento do INCRA, de 1978 — prossegue o documento — mostram "um aumento de concentração da propriedade rural" e a política governamental agrícola tem estimulado, através de programas como o Pró-álcool, a expansão da grande propriedade, ao mesmo tempo que, negando apoio necessário em termos de crédito, preços mínimos e comercialização à pequena propriedade, inviabiliza a atividade dos pequenos produtores, responsáveis pela maior parte da produção de alimentos em nosso País. A estrutura agrária, reforçada pela política governamental de favorecimento à grande propriedade, que vai desde os incentivos fiscais até o financiamento de projetos

Batista de Castro Neto, que pouco depois foi afastado pelo Tribunal de Goiás, de sua competência sobre a comarca de Tocantinópolis, onde se situa a área conflituada. O Tribunal de Justiça alegou exatamente a atuação do juiz nos mandados contra os posseiros para afastá-lo. Segundo a CPT, esses conflitos se reacenderam no final de março, quando Demerval Oliveira trouxe cento e quinze peões, a maioria do Piauí, ordenando-lhes que fizessem a derrubada da mata nos lotes dos posseiros. Estes conversaram com os peões e a maioria destes, que disse ter sido levada lá "enganada", desistiu de prosseguir no serviço. Dia 20, chegaram três funcionários do GETAT, ordenando aos posseiros para não embargarem a derrubada, pois Demerval e seus irmãos tinham os títulos da terra. Os posseiros se negaram a atendê-los, alegando que "muitos títulos já apareceram nesta região e há muitos cartórios que vivem de fazer títulos", referindo-se à grilagem que campeia na região.

agropecuários, é a grande responsável pela marginalização dos trabalhadores rurais e pelos conflitos de terra que se generalizam no País.

É o seguinte o quadro de conflitos, estado por estado:

Amazonas — em Boca do Acre, posseiros foram vítimas de despejos, violências e ameaças por parte de jagunços a soldo dos grandes proprietários, com prisões de trabalhadores e dirigentes sindicais rurais;

Pará — Conceição do Araguaia é palco de mais de 60 conflitos, todos de graves conseqüências para os trabalhadores rurais, como o que ocorreu em Tupã-Ciretrã, onde o oficial de Justiça, com a colaboração da polícia e de jagunços, comandou torturas, violências sexuais e queima de casas;

Maranhão — Em São Luís Gonzaga foram queimadas 92 casas e outros bens dos trabalhadores, ficando ao relento mais de 600 pessoas;

Mato Grosso — Já ocorreram expulsões de posseiros nos municípios de Ponte de Lacerda, Rio Vermelho, Cáceres, Rondonópolis e Diamantina.

Goiás — No Município de Sampaio, um helicóptero disparou rajadas de metralhadoras sobre as casas, despejou bombas sobre as plantações;

Piauí — Há conflitos em José de Freitas, Pimenteiras, Aroazes e Oeiras, envolvendo 900 famílias;

Ceará — Em Parambu, 250 famílias tiveram suas posses cercadas por grileiros;

Rio Grande do Norte — A fazenda Ingá, em Taipu, foi objeto de pretensão do grileiro que tentou expulsar a tiros cerca de 33 famílias;

Paraíba — Este é o Estado que apresenta conflitos de maior gravidade: Salgado de São Félix, Caaporã e Pedras de Fogo;

Pernambuco — Em Igaraua a tensão atinge 300 famílias, das quais 108 já foram expulsas;

Alagoas — Foram despejados lavradores em União dos Palmares, São Luís do Quitunde e Penedo.

Sergipe — Conflitos na ilha de São Pedro, Pacatuba.

A amostragem da CONTAG descreve ainda a situação nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina e denuncia os assassinatos de trabalhadores ocorridos em 1980. Segundo a CONTAG, nenhuma providência foi tomada para esclarecimento destes assassinatos, enquanto a morte do seringueiro provocou uma reação imediata da polícia que "armou uma praça de guerra em Brasília para prender os trabalhadores que foram torturados na prisão e esperaram quatro meses para obterem habeas-corpus".

POSSEIROS ASSINAM DOCUMENTOS SOB MIRA DE FUZIS

Um grupo de posseiros do povoado de Fazendinha, no Município baiano de Central, denunciou ontem, em Salvador, que praticamente todos os sessenta chefes das famílias ocupantes daquela área foram obrigados a assinar, sob a mira de fuzis, uma cópia da liminar de um mandado de manutenção de posse expedido pelo juiz da Comarca de Irecê, em favor de Hoel Ferreira de Carvalho. Segundo os posseiros, Carvalho era juiz na região, mas foi afastado da função pela Corregedoria da Justiça, por estar envolvido em irregularidades. Há dois anos, valendo-se de sua condição de ex-juiz e de sua ascendência sobre alguns serventuários da Justiça, conseguiu uma escritura falsa e, desde então, vem tentando apossar-se da área, ocupada há mais de trinta anos por essas famílias.



SINDICATOS APÓIAM MOVIMENTO EM ITAIPU

Os 23 sindicatos de trabalhadores rurais do Sudoeste do Paraná vão deslocar caravanas para a Foz do Iguaçu, a fim de apoiar os agricultores desapropriados pela Itaipu Binacional acampados há doze dias às margens da BR-277, sob intensa vigilância policial, para não terem acesso aos escritórios centrais da empresa. As caravanas partirão diariamente para Foz do Iguaçu e os agricultores prometem ficar acampados até a solução do impasse criado entre os expropriados e a Binacional na questão do reajuste de preços das terras.

ÍNDIOS VÃO EXIGIR ÁREA À ITAIPU

Três índios guaranis, representando 13 famílias de Barra do Ocoí que terão suas terras alagadas no próximo ano pelo reservatório da hidrelétrica de Itaipu, no Oeste do Paraná, reuniram-se em Curitiba, com o delegado regional da FUNAI, reivindicando respeito pelos seus direitos. Da reunião participaram ainda a Associação Nacional de Apoio ao Índio, CIMI e Comissão e Paz, que apresentaram por escrito um relatório da situação. Os índios explicaram ao delegado da FUNAI que desejam outras terras em troca da área a ser inundada e rejeitaram de imediato a idéia de serem transferidos para alguma reserva. O índio Cecilio Gomes, de 27 anos, que disse desconhecer até agora a existência da FUNAI, argumentou que as reservas já não têm mais lugar para eles. Informou que todas as famílias de Barra do Ocoí, situada a dois quilômetros de Porto Irene, falam guarani e são índios. "Meus pais nasceram e morreram naquela terra", lembrou. Segundo o CIMI, em 1979, a FUNAI transferiu algumas famílias de Ocoí para a reserva de Rio das Cobras, mas algumas retornaram à área e outras foram trabalhar em fazendas. Isto porque os guaranis de Rio das Cobras são do grupo Mbya, e os de terra do Ocoí são do grupo Xiripa. Ainda segundo o relatório entregue à FUNAI, de acordo com recortes de jornais da época, o Incra em 1976 desmatou a região e queimou as casas dos índios, demarcando uma área destinada ao Projeto Ocoí, onde foram morar os colonos que residiam no Parque Nacional do Iguaçu, desapropriado pelo INCRA.

RELIGIOSOS DÃO APOIO A COLONOS

Durante culto ecumênico realizado (1/4/81) em Foz do Iguaçu, no Paraná, a CNBB e diversas representações da Igreja de Confissão Protestante deram, em nota oficial, apoio aos colonos expropriados pela Binacional Itaipu, acampados, há 18 dias, na rodovia de acesso ao canteiro de obras da hidrelétrica. Em seis itens, a nota explica que "o movimento é legítimo e pacífico" e, em virtude disso, "vem recebendo declarações de solidariedade de todo o País"; depois esclarece que "a mobilização regional está contribuindo para que o povo brasileiro tome consciência e se organize coletivamente para combater os males de nosso sistema econômico, que oprime os menos favorecidos". De acordo com o documento, "com o progresso tecnológico e o incentivo oficial às grandes empresas, progressivamente, o homem rabalhador está sendo expulso da terra, e grandes fazendas em mãos de pessoas que não vivem da terra vêm tomando o lugar do pequeno agricultor". Algumas críticas foram endereçadas ao Governo, "que não cumpre o Estatuto da Terra que prevê um módulo máximo para os que nela trabalham". Centenas de pessoas acompanharam o culto, entoando salmos, depois anunciaram que preparam uma grande manifestação para seis dias após, quando pretendem reunir dez mil agricultores de diversas regiões do Estado para uma marcha.

LAVRADORES DE ITAIPU BUSCAM APOIO

O secretário da Agricultura do Paraná deve receber hoje, em Curitiba, uma comissão de cinco representantes dos agricultores que terão suas terras inundadas pela Hidrelétrica de Itaipu. O arcebispo metropolitano D. Pedro Fedalto, dois advogados da Comissão Justiça e Paz e um representante dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região acompanharão os agricultores, que pretendiam avistar-se com o governador do Paraná. Eles pretendem solicitar maior empenho do Instituto de Terras e Cartografias do Estado para localizar no Estado áreas adequadas para o reassentamento das famílias desapropriadas. De qualquer modo, na opinião do presidente da Comissão Justiça e Paz, Wagner D'Angelis, somente com um novo reajuste de preços os colonos poderão adquirir as terras. É neste ponto que ele considera importante o encontro com o governador, "porque ele poderá contatar com as áreas federais em favor dos colonos, além de poder oferecer soluções estaduais".

CONCLAT EM SP, DE 21 A 23 DE AGOSTO

A Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) será realizada em São Paulo, nos dias 21, 22 e 23 de agosto, de acordo com o que foi decidido por 191 dirigentes sindicais de quatorze estados do País que se reuniram sábado na sede do Sindicato dos Químicos. No encontro foi também eleita a Comissão Executiva Nacional, que dirigirá a organização da CONCLAT e que será formada por 29 sindicalistas. Luís Inácio da Silva, presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Meralúrgicos de Santos; Joaquim dos Santos Andrade, dos Metalúrgicos de São Paulo; Edson Barbeiro Campos, do Sindicato dos Bancários; Raimundo Rosa de Lima, do Sindicato dos Padeiros; Hugo Perez, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas; e José Crispim, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cravinhos, formam a comissão executiva em São Paulo.

CONTAG CONDENA A ITAIPU

O Conselho de Representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, congregando 21 federações estaduais, distribuiu documento protestando contra a Empresa Itaipu Binacional por não atender às reivindicações de 2 mil pequenos agricultores paranaenses que ainda não foram indenizados pela companhia. A CONTAG lembra que há dois anos já encaminhou documentos à direção de Itaipu pedindo preços justos para a terra, pagamento imediato das indenizações, regularização das posses e reassentamento dos agricultores sem terra, mas não foi atendida.

Pede, especificamente, pelos agricultores da Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Cândido Rondon e Guaíra, que estão acampados desde a semana passada em frente aos escritórios da Itaipu. Constata-se nos projetos energéticos oficiais — diz o documento da CONTAG — uma nítida preferência pelas obras faraônicas e onerosas, ao invés de outras opções que, com menores custos, poderiam gerar maiores benefícios sociais. Isto tem provocado desastrosas consequências para os trabalhadores e para o País. Para os trabalhadores porque, além de serem obrigados a se deslocar para outras áreas, não recebem justas indenizações; para o País porque, além de elevados encargos financeiros, no caso de Itaipu, por exemplo, serão inundados 100 mil hectares das terras mais férteis do País.

PARA LULA, REDUÇÃO SÓ COM GARANTIA DE EMPREGO

A garantia de emprego por um ano e o acesso à contabilidade da empresa — pois "não basta colocar carros no pátio para provar que está em crise — são as condições que o presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo (SP), Luís Inácio da Silva, considera necessárias para que a entidade concorde com a proposta de redução de jornada de trabalho apresentada pela Volkswagen. Lula e outros diretores destituídos compareceram aos portões da empresa onde falaram aos trabalhadores pedindo que não assinassem as listas que estão correndo dentro da fábrica propondo a redução de jornada. "Quem representa os trabalhadores é o sindicato e não a comissão de representantes", afirmou Lula, criticando a iniciativa dos representantes eleitos junto à direção da empresa de proporem a redução. Ele disse que os trabalhadores estão assinando as listas porque lhes dizem "ou você assina ou sete mil companheiros serão demitidos". "Mas no documento ninguém garante que quem concordar com a redução também não será mandado embora", insistiu Lula. Ele afirmou que um trabalhador que havia assinado o documento propondo a redução de jornada foi demitido depois. "Se a empresa quisesse ser boazinha, não teria mandado 12 mil trabalhadores embora antes de vir propor a redução de jornada". Disse ainda aos metalúrgicos que "se não dá para sobreviver trabalhando 240 horas, imagine apenas com 180 ou 200 horas de trabalho".



MOBILIZAÇÃO NACIONAL CONTRA PROCESSO DO ACRE

"Nem sei se foram os trabalhadores que mataram o capataz Nilo. Isso quem está dizendo é a Polícia Federal. Na minha opinião, a Polícia Federal não deveria estar preocupada em saber quem matou Nilo antes de saber quem matou Wilson Pinheiro de Souza, porque a CONTAG pediu o indiciamento da "classe do terror", formada por fazendeiros, muito antes que os fazendeiros pedissem o indiciamento dos dirigentes da CONTAG. Mas, até agora, nenhum fazendeiro foi ouvido sobre a morte de Wilson". A declaração foi feita em Manaus, por Luís Inácio da Silva, Lula, ao referir-se ao processo onde ele e mais quatro indiciados são acusados de incitar "à desobediência coletiva às leis" e "à luta violenta entre as classes sociais", durante um comício no ano passado, em Brasília, no Acre. Dois dias após o comício, ocorreu a morte de Nilo Sérgio de Oliveira, capataz de uma fazenda.

Lula manifestou a convicção de que nos depoimentos, que serão iniciados hoje, na Décima Segunda Circunscrição da Justiça Militar, ficará provado "que os trabalhadores não têm nenhuma culpa neste caso" e que os responsáveis por todos os incidentes são "os assassinos de Wilson Pinheiro de Sousa", que era presidente do sindicato rural de Brasília.

"A prova mais contundente que temos — acentuou Lula — é o tratamento que os fazendeiros têm dado aos trabalhadores". Citou como

testemunho desse tratamento uma fita, gravada durante uma reunião de proprietários de terras do Acre, onde teriam afirmado que para resolver os problemas das disputas de terras no Estado "seria preciso matar trabalhadores, além de padres e dirigentes sindicais".

Todos os presidentes de federações estaduais de trabalhadores na agricultura já estão em Manaus, onde vão acompanhar os depoimentos na Justiça Militar dos cinco indiciados: Lula, Jacó Bitar, José Francisco da Silva (presidente da CONTAG), João Maia da Silva (delegado da entidade no Acre) e Francisco Alves Mendes (presidente do PT no Acre).

Ontem, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Amazonas, Francisco Massena, esteve com o juiz auditor Antônio da Silveira Pereira Rosa, solicitando credenciais para todos os sindicalistas que estão em Manaus. A sala de audiências da Décima Segunda Circunscrição da Justiça Militar tem capacidade para apenas quarenta pessoas.

Telegramas de sindicatos e federações de trabalhadores continuam sendo enviados à Justiça Militar de Manaus, protestando contra o enquadramento dos sindicalistas. Esses telegramas fazem parte de uma campanha de mobilização popular, a nível nacional, de solidariedade aos indiciados e que deve culminar com uma grande manifestação no dia do julgamento, que será realizado em junho, segundo acreditam os dirigentes da CONTAG.



PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL QUER NOVA LEI DE SEGURANÇA

A revisão da legislação de arbítrio, deve ser aproveitada "como uma oportunidade preciosa para criarmos uma Lei de Segurança Nacional que apenas proteja o Estado, sem prejudicar os cidadãos nem gerar insegurança entre os indivíduos". O pensamento é do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Bernardo Cabral que, falando no Rio, sugeriu uma Lei de Segurança "perfeitamente adaptada à realidade nacional". Entre outras mudanças, ele lembrou a necessidade de se rever a lista de serviços considerados essenciais dentro do direito de greve. "A mim me parece que os bancários, por exemplo, não exercem um serviço essencial ao Estado." Também a imunidade parlamentar deve ser restabelecida, "como direito objetivo e não subjetivo", segundo Bernardo Cabral. Para o presidente da OAB, os delitos de imprensa devem ser julgados por um colegiado formado por profissionais da imprensa "que bem conhece a imprensa por dentro e não se impressionam com ela por fora". Na imprensa, aliás, eu acho que não existem crimes, mas infrações no exercício da profissão. Estas infrações devem ser julgadas por um colegiado, uma espécie de tribunal de ética, a exemplo do que existe em várias profissões. Os crimes de imprensa, geralmente de difamação, são previstos pelo próprio Código Penal, que deve valer nestes casos." Sobre a Lei Falcão, Bernardo Cabral propõe sua revogação total. "Trata-se de uma monstruosidade jurídica que funciona como prêmio à incapacidade de quem postula cargos eletivos. No meu entendimento, os que desejam mandato parlamentar têm que mostrar, através dos meios de comunicação, o de que são capazes. Fica ridículo fazer isso através de uma fotografia e um curriculum vitae."

LULA SUBSTITUIU D. CLÁUDIO EM CURSO NO RIO

O Bispo de Santo André, Dom Cláudio Hummes, atendendo solicitação escrita do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, não participará do curso sobre "A Igreja no Brasil, 1960-1980", mas será substituído pelo presidente do PT, Luís Inácio da Silva, Lula, na mesa-redonda de encerramento, sobre Igreja e Movimentos Populares, que se realizou no Instituto Metodista Bennett. Segundo informação do coordenador do curso, sociólogo Ivo Lesbaupin (ex-frade), também o Frei Leonardo Boff, deveria proferir palestra sobre "O que Mudou na Teoria do Cristianismo (Teologia)" e não compareceu atendendo a idêntico pedido de Dom Eugênio que considerou o curso "contra o Reino de Deus". "A Igreja no Brasil, 1960-1980", foi um seminário de extensão universitária promovido pela UNIVERTA, instituição leiga, sem fins lucrativos. Além de D. Cláudio e Leonardo Boff, receberam cartas de Dom Eugênio Sales no mesmo teor, os teólogos Clodovis Boff e João Batista Libânio. Leonardo Boff confirmou que recebeu correspondência do cardeal, mas pediu a compreensão do repórter para o fato de não poder comentar o assunto. Informados com a atitude de D. Eugênio, alguns participantes do curso lembraram que Leonardo Boff acaba de retornar de Roma, que é a diocese do papa Paulo II, onde fez conferência nos pontifícios ateneus Antoniano, Pio Latino e Colégio Mexicano, além de uma outra conferência aberta na qual participaram cerca de 600 pessoas. Clodovis Boff explicou que recebeu do cardeal "um pedido muito insistente para não participar do curso".

METALÚRGICOS PAULISTAS ACEITAM PROPOSTA DE PATRÕES COM RESTRIÇÕES

A proposta apresentada pelo Grupo 14 da FIESP foi aceita pelos metalúrgicos nas assembleias realizadas em vários sindicatos do interior e do ABC, que votaram, no entanto, pela retirada de alguns itens, como a do sistema preferencial de emprego ou critérios de dispensa. A assembleia de São Bernardo, com 15 mil metalúrgicos, decidiu pela aceitação de 21 dos 33 itens da proposta, mas insistiu na continuação das negociações com os empresários. Com a promessa de oradores de que a greve se repetirá, este ano, em São Bernardo do Campo, "no momento e da forma que acharmos necessário", a assembleia reuniu ontem no Estádio de Vila Euclides pouco mais que dez mil trabalhadores. Aberta às 11 horas com o Hino Nacional — a fita gravada não foi levada ao estádio, mas os trabalhadores pediram para cantar, repetindo a tradição dos anos anteriores —, a assembleia começou com a leitura formal, pelo advogado Pazzianoto, da contra-

proposta empresarial. Em seguida, o tesoureiro da diretoria deposta do sindicato, Djalma de Souza Bom apresentou os resultados de quatorze horas de reuniões da ex-diretoria com a junta governativa e a comissão de salários. "Decidimos devolver a batata quente aos patrões" — disse Djalma. E explicou: "no ano passado, rejeitamos a proposta integral. Este ano, resolvemos aceitar alguns itens e rejeitar outros". Entre as cláusulas aceitas, estão o piso salarial de Cr\$ 12 mil 120 (Cr\$ 50,50 por hora), a remuneração de horas extras (25% de segunda a sexta-feira, 35% aos sábados e 100% aos domingos e feriados), e garantia de emprego a gestantes, acidentados e aos que estão prestando serviço militar. Além dos índices de aumento, foram rejeitados onze itens: compensações, admitidos após a data-base, aviso prévio, medidas de proteção, promoções, garantias salariais na rescisão, sistema preferencial de emprego (critérios de dispensa aplicados em dimensões coletivas), quadro de avisos, creches, atendimento permanente — primeiro socorro, transporte e alimentação.

OS GRANDES PROJETOS VÃO ACABAR COM OS ÍNDIOS DO MARANHÃO

Será um Maranhão grande para as Empresas e as Multinacionais e não para todos. A Hidroelétrica de Tucuruí, a Ferrovia de Carajás (Marabá-São Luís, 980 Km, eletrificada), os Portos de Ponta de Madeira a Itaqui (São Luís, seis portos), o Projeto Italuís (encanamento das águas do rio Itapicurú/São Luís) estão em via de implantação para poder realizar o Projeto Carajazão — o mais ambicioso que já se pensou, no gênero, em todo o Brasil — para exploração dos minérios da Serra dos Carajás (PA), tida como uma das maiores províncias minerais do mundo.

A Companhia Vale do Rio Doce planejou o "Projeto" desdobrado em três segmentos:

1. Projeto minero-metalúrgico
2. Projeto de exploração da Floresta
3. Projeto Agropecuário

O Projeto minero-metalúrgico terá os pólos maiores em Marabá, Barcarena, Paragominas (Pará), e em São Luís (Maranhão). As Empresas envolvidas na exploração dos minérios são a Companhia do Vale do Rio Doce (ferro), nacional, e a ALCOA (alumina e alumínio), dos EUA. Os investimentos diretos amontam a 30,6 bilhões de dólares, com cerca de 60% a ser captado no exterior. Já foi estipulado um contrato, por dez anos, com o Japão, para a venda do ferro a 17 dólares a tonelada.

O projeto Carajazão se estende da Serra dos Carajás até São Luís: é o "Corredor Carajás", de 10,5 milhões de hectares.

Diretamente dependente do minero-metalúrgico é o projeto da exploração da floresta para o fornecimento de madeira e produção de carvão para a alimentação dos altos fornos das usinas. O projeto abrangerá de 2,4 milhões de hectares na área de influência da ferrovia dos Carajás, principalmente nas proximidades de Marabá e nos municípios de Imperatriz e Santa Luzia. O plantio anual, para o reflorestamento, será de 179 mil hectares de nova floresta. O projeto agrícola abrange 7 milhões de hectares de terra adequada para o cultivo de mandioca, soja, milho, arroz, feijão (para exportação), ao longo da estrada de ferro, atingindo os municípios de Arari, Vitória do Mearim, Pindaré, Santa Inês, Bom Jardim, Monção, Bacabal, Paulo Ramos, Lago de Pedra, Vitorino Freire, Olho D'água das Cunhãs, Altamira do Maranhão, Santa Luzia, Imperatriz, Porto Franco, Montes Altos, Silvio Novo, Grajaú, Lago Verde, Amarante do Maranhão, João Lisboa. Para isso o Governo brasileiro está contando com a vinda de dez mil famílias japonesas. O projeto pecuário constará de 100 fazendas de 10 mil hectares cada uma para a criação de gado a ser exportado.



Surgiram ainda dois Planejamentos para a produção do Alcool. Um pensado e apresentado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, através da cultura de cana-de-açúcar. Áreas prioritárias foram indicadas, as de Turiaçu, Cândido Mendes, Luís Domingues, Monção, Bom Jardim, Caxias, Coelho Neto. O Instituto já está implantado estações experimentais de cana no Município de Caxias, na Pré-Amazônia Maranhense (SUNIL, empresa canavieira no Alto Caru, Bom Jardim) e no Leste do Pará (Capitão Poço). O outro planejamento, bolido pelos técnicos do Centro de Desenvolvimento Internacional do Japão, indica os municípios de Balsas e Grajaú como prioritários para o projeto de produção alcooleira, a partir da Mandioca.

O que será da população regional: Índios e lavradores? Para a implantação do Carajazão se prevê a expulsão de 100 mil famílias camponesas. E os despejos já tiveram início (Nova Vida, município de Santa Luzia — Vila Padre Xavier, São Luís). Todas as áreas indígenas estão incluídas no "Corredor Carajás" e nas áreas do Projeto Integrado de Alcool. Isso não é coincidência: elas serão encampadas na execução dos Projetos. As áreas indígenas estão aí, feitas reservas e últimos redutos de floresta do Maranhão, para serem combustível dos altos fornos das Multinacionais. E as terras aproveitáveis para a produção de alimentos não serão certamente as das Fazendas e das Empresas já instaladas, mas as dos índios e dos lavradores, pois são de "domínio da União" e "devolutas". E os índios, sem terra, serão emancipados e transformados em mão-de-obra barata à completa disposição e às ordens da Companhia do Vale do Rio Doce para tirar madeira, cortar cana e arrancar mandioca.

A execução dos grandes projetos será inexoravelmente a morte dos índios e dos lavradores.

Pe. Carlos Ubbiali
CIMI - Maranhão

**Discurso do Deputado
MODESTO DA SILVEIRA
na Câmara dos Deputados
em Brasília,
Dia 8/4/81.**

Final do Discurso

Como foi dito repetidamente, a degradação política, institucional e operativa da FUNAI transferiu a outros setores as decisões críticas e talvez mesmo as soluções rotineiras relativas aos índios. Isto quer dizer que o órgão, enquanto agência especializada, é tão extinto e inexistente quanto o SPI.

Quero salientar ainda que esses atos não são isolados de maneira nenhuma e encontram guarida não apenas em inúmeros documentos da FUNAI, mas inclusive documentos aqui transcritos do próprio Palácio do Planalto, documentos do Sr. General Golbery do Couto e Silva ordenados pelo Presidente Figueiredo.

Tais atos não são isolados. Combinam-se com uma política de liquidação final, sistemática, dos povos indígenas. Nessa linha encontram-se também a recente instrução do Coronel Ivan Zanoni Hausen, de determinar pessoas tecnicamente inabilitadas para comporem uma comissão para fazer a exegese da Lei 6001, Estatuto do Índio. Definir conceitos e indicadores de indianidade para fins de integração à sociedade nacional, à custa da desintegração das sociedades índias. Tarefa árdua e complexa, que o Coronel determinou fosse realizada em 10 dias.

Num reconhecimento tácito de pressa, preconceito e incapacidade, a comissão nomeada resumiu sua instrução, determinando que não precisava dar nenhuma explicação sobre tão grande tarefa: bastava listar os índios por grupos étnicos, linguísticos, econômicos, etc...

Índio é gente e não tem vocação para o suicídio coletivo. Portanto, compreendendo o seu drama, é natural que reaja contra a sua própria extinção e busque uma forma de autodefesa. Foi assim que surgiu, há pouco tempo, a UNIND-UNIAC das Nações Indígenas, como forma de associação avançada e legítima pela qual o índio procura defender-se contra a marcha acelerada de sua destruição final.

Daí surge o pior: sabemos que o General Figueiredo, através do General Golbery (Casa Civil), deu ordens ao Coronel Andreazza (Ministro do Interior), que impeçam o funcionamento dessa entidade não só justa como necessária. Em outras palavras, o Palácio Presidencial impede o índio de se defender.

Aguardamos as explicações da FUNAI, do Ministério do Interior e do próprio Palácio do Planalto.

EU QUERO SUAR TAMBÉM COISAS BOAS

Senhor
JOÃO CARLOS NOBRE DA VEIGA
Presidente da Fundação Nacional do Índio

Quem vai falar aqui é Kokrenum Jopai-pairá, chefe dos Gavião do Pará. A comunidade não gostou que o Presidente mandou carta para o engenheiro Reginaldo, mandando parar a obra da nossa aldeia nova. O Presidente da FUNAI se quiser parar a obra tem que vir na aldeia e falar na minha frente, como homem. Não tem que mandar parar por fora da comunidade. Por que mandar parar a obra? O engenheiro foi contratado pela comunidade, eu não confio na FUNAI, eu contrato particular pra ajudar, trabalhar. Que é isto? É doido? Eu preciso contratar um particular por que ele dá a mão. Eu não gostei, FUNAI pode mandar parar a obra, parar serviço porque não é a FUNAI que está fazendo serviço. Eu não gostei. A Comunidade precisa de obra pra melhorar, por isso nós fizemos luta. Nesta luta a FUNAI não ajudou, nem uma mão. A FUNAI não ajuda, por que manda parar a obra? Eu preciso morar usando casa bonita. A comunidade mora neste barraco, como porco. Não quero isto não. Eu quero suar também coisas boas. Eu fiz luta. Não quero morar em lugar feito porco, feio. O Kupê mora bem. Nós já moramos dentro da mata, FUNAI entrou, queria que nós morasse no chiqueiro. Eu não sou porco não, morar na lama, cagado, quero morar bem. Diferente do tempo da mata. Por que só a FUNAI pode morar bem, ver televisão, com o dinheiro do índio? Os outros índios estão ruim, passando mal, eu não

Javaé



André Toral



quero isto não, já chega, quero melhorar, dormir bem, morar bem, bonito. Eu não gostei da carta, não me respeitou. Somos nós que estamos fazendo, se quiser pode vim aqui, me matar, mas vou construir, vou até o fim, eu quero serviço pronto. Ninguém está botando na minha cabeça, eu quero por minha conta, contratar gente particular, amiga. Presidente pode vir aqui, mas obra continua. Já mudei, ninguém me manda, eu faço.

FUNAI mandou fiscal, o Evaldo, eu recebi bem ele, ele fez fofoca. Por que a FUNAI tem ciúme do dinheiro? A FUNAI não queria pagar a indenização, agora a FUNAI quer entrar, meter a mão, na hora boa. Não tem coragem de ajudar, nunca apareceu nenhum aqui. A comunidade está fazendo serviço só, a FUNAI está com inveja. O dinheiro de indenização é pra

viver bem, comer, se vestir bem. Guardar dinheiro, ficar esperando juros, o que a comunidade come? se veste? Ficar esperando não dá. Se a FUNAI quiser botar dinheiro na nossa mão, pode. Somos 163, precisamos comer, viver bem, se vestir. A FUNAI tem que ajudar, dinheiro é pra isto mesmo. Dinheiro da indenização não é nada. Somos 163, queremos melhorar, não quero segurar dinheiro não. Eu não sou pedra. Vou fazer serviços até o fim. Dinheiro é pra isto. Eu não seguro não. Não quero ficar rico não. A FUNAI nunca teve coragem de vir aqui, para explicar como poderia usar o dinheiro, aplicar bem. A comunidade quer aprender. Mas, que nada, estamos só, se batendo sozinhos. O chefe da ajudância, nem o delegado não tem coragem de chegar aqui. Só quer falar mal, por fora da comunidade.

Agora cadê a FUNAI? Onde está? Cadê que estão fiscalizando os serviços da Eletronorte, do DER? Cadê que estão cumprindo o contrato que foi feito com a FUNAI, Eletronorte, e o DER? Cadê o barracão da castanha que o DER derrubou e prometeu construir outros? Cadê a madeira que o presidente da Eletronorte e FUNAI prometeu? Eletronorte, FUNAI e DER deixaram a comunidade. Os empreiteiros estão fazendo serviços mal feitos.

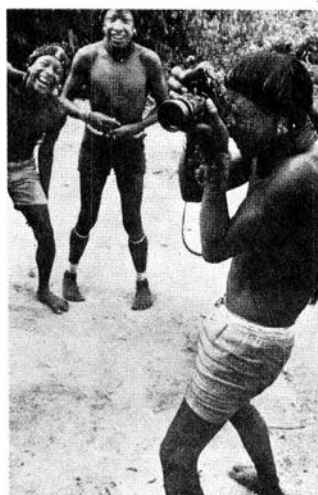
O presidente da Eletronorte falou bonito aqui na mesa, só prometendo, a nossa madeira que estamos precisando pra construir as casas estão queimando, queimando muita madeira, deixaram muita tora no fogo. Ele garantiu mas não cumpriu nada. Fiquei esperando, estão fazendo serviço porcária, dando prejuízo pra comunidade. Eu não gostei deste serviço, serviço mal feito. Prometeu muitas coisas, máquinas pra ajudar na obra, fazer outros serviços, mas que nada, ele me enganou. Cadê o Presidente? Estão dormindo, a comunidade só.

Agora eu não quero mais ninguém aqui, está proibido entrar aqui, não quero receber mais ninguém. Se vem volta logo, correndo. Pode ficar por lá tranquilo. Sou Kokrenum, estou gastando o dinheiro no serviço, direitinho, certo. Eu sou homem, não bebo cachaça, resolvo tudo direito, ninguém pode falar mal, não devo a ninguém. Eu sou índio, mas faço serviço melhor que o Kupê. Não sou Kupê pra roubar. A FUNAI tem que cumprir sua obrigação, ajudar, botar enfermeiro, professor, só. Só não meter a mão no serviço que a comunidade está tocando, fazendo.

Se a comunidade parar a obra, a FUNAI com seu dinheiro vai construir as nossas casas, antes da linha de transmissão da Eletronorte passar por cima das casas que a gente mora agora? É só.

Em, 29 de outubro de 1980

Conflitos nas áreas indígenas



URU-WEU-WAU-WAU (RO) 4
A tribo teve seu primeiro contato com a sociedade brasileira em 1914: quase metade do grupo morreu vitimado pela gripe espanhola. Em consequência os índios retornaram às matas. Ressurgem em 1974 quando flecharam um seringueiro. Em 1976 mataram um caçador. Em 76 outro seringueiro morreu ao cair numa armadilha preparada pelos índios. Ainda em 76 eles tornaram a atacar: mais um seringueiro morto e dois feridos a flechadas; num outro ataque mataram três crianças e feriram a mãe no Igarapé Azul. Notícias correm de que os seringueiros organizaram uma expedição punitiva. Em novembro de 1979 eles mataram um colono e feriram outro a flechadas. A área dos Uru-Weu no município de Ariquemes foi invadida por projetos de

YANOMAMI (RR) 1
Constituem o maior grupo de índios ainda isolados do contato com a sociedade nacional. São 16.400 sendo que 8.400 no Brasil, vivem no Território Federal de Roraima e Estado do Amazonas. Os outros vivem na Venezuela. Com a construção da Perimetral Norte que cortou, numa extensão de 225 km, o sul do território Yanomami, em pouco mais de 3 anos, 13 aldeias foram reduzidas a 8 pequenos grupos de famílias, que vivem hoje maltrapilhos à margem da estrada. Com a

KAXINAWÁ (AC) 3
As aldeias Kaxinawá nas margens dos rios Tarauacá e Himalaia, no Acre, quase divisa com o Peru, por falta de demarcação e fiscalização, apurada pela FUNAI, têm suas terras invadidas por posseiros. E os seringais, única fonte de renda desses índios, são explorados por grileiros e grandes fazendeiros.

colonização, seringueiros, mineradores e caçadores. Recentemente foi iniciada a RO-1, estrada aberta para dar vazão à produção de cassiterita em território dos Uru-Weu-Wau-Wau. Em fevereiro de 80, a FUNAI solicitou ao INCRA a interdição da área do projeto Burareiro para evitar que as famílias de colonos assentados pelo INCRA entrassem em conflitos com os índios. Num dos ataques às famílias de seringueiros da região, os índios raptaram um garoto que, supõe-se, esteja vivendo com os índios. Os índios atacaram e rejeitaram todas as tentativas de contato feitas pela equipe da FUNAI. Em março deste ano apareceram notícias, divulgadas pela FUNAI, de que o acampamento da FUNAI tinha sido visitado, pacificamente, pelos Uru-Weu-Wau-Wau.

descoberta de cassiterita e ouro em suas terras, houve a invasão de garimpeiros, e há ameaça de um projeto de colonização do governo do Território de lesar os direitos do Yanomami. Há uma proposta de criação do Parque Yanomami enviada ao Presidente da República, solicitando uma área de 6.446.200 ha. Uma contra-proposta feita pela FUNAI de criar 21 áreas possibilitaria a invasão das terras através dos corredores que sobriariam entre as áreas.

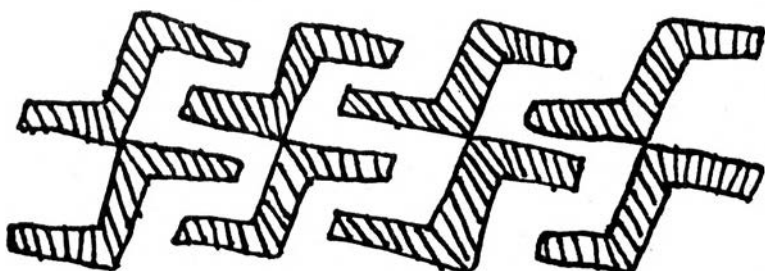


SURUÍ (RÔ) 5
As terras dos Suruí vêm sendo loteadas e vendidas por imobiliárias, a colonos sulistas desde 1964, data dos primeiros atritos entre índios e colonos. Em 1971, irritados com a presença ilegal de uma imobiliária que loteava e vendia as terras dos índios, os Suruí atacaram o pessoal da FUNAI no rio Roosevelt: quatro funcionários mortos. Em 1975 mataram dois caçadores que invadiram as terras da reserva. Em 1976 os índios invadiram o posto da FUNAI e tomaram armas e munições com as quais pretendiam atacar os colonos. Desde essa época o INCRA implantou um projeto de colonização e assentou cerca de 250 famílias de colonos paranaenses nas terras do Parque Indígena do Aripuanã. Três índios e um posseiro foram mortos em conflitos de 76 a 78. Em setembro de 80, como consequência de uma liminar concedida aos colonos por um juiz de Porto Velho, autorizando-os a permanecerem na área, os índios perderam a paciência e expulsaram 40 colonos debaixo de uma surra de cipós e pauladas. A liminar dos posseiros foi derrubada pelo TFR que a julgou improcedente, em outubro de 1980. A remoção dos posseiros iniciada e cancelada diversas vezes está sendo conduzida atualmente através de gestões feitas pela FUNAI, INCRA e governo de Rondônia.

WAIMIRI-ATROARI (AM e RR) 2
Desde 1856 a 1928 sucederam-se as expedições de extermínio do governo provincial contra os Waimiri que causaram carnificinas indescritíveis. Como consequência, fala-se em cerca de 60 pessoas, entre funcionários da FUNAI e Missionários mortos pelos índios nas tentativas de pacificação e atração do grupo. As terras do grupo foram cortadas pela estrada Manaus-Caracará. Com a descoberta de importantes jazidas minerais pelo DNPM, a delegacia regional da FUNAI tenta transferir uma aldeia dos índios para liberar as terras para a exploração. As terras do grupo serão inundadas com a construção da hidroelétrica de Balbina. O grupo até hoje recusa qualquer forma de aproximação com a sociedade brasileira.

CINTA-LARGA (RO) 6
Brigam com fazendeiros e colonos e empresas de mineração. Por não haver terra demarcada, a invasão é aberta. Em 1963, uma aldeia de Cinta-larga foi chacinada por empregados dos irmãos Arruda e Junqueira, interessados nas terras dos Cinta-larga — "Chacina do Paralelo 11". Somente um dos empregados foi preso, os mandantes estão impunes.

NHAMBIQUARA (RO) 7
São uns 700 índios que vivem no Vale do Guaporé e Serra do Norte em pequenos grupos. A FUNAI deu certidão negativa a várias empresas e tentou transferir os índios para as áreas menos férteis, mas eles voltaram. Desde 1969, mais ou menos 20 empresas nacionais e multinacionais se instalaram no Vale, e os Nhambiquara vivem espremidos entre elas. Agora, a construção da variante da BR-364 e seu asfaltamento pelo Banco Mundial, vai cortar ao meio duas aldeias, e passará muito próximo de outras três, colocando em risco os já reduzidos Nhambiquara. O desvio irá somente beneficiar grandes grupos econômicos que têm fazendas na área, entre eles o grupo COFAP, proprietário da fazenda Conguape e o grupo Zilo Lorenzetti da Fazenda do Vale do Guaporé.



SARATÉ-MAUÊ (AM) 10
Um ramal da Transamazônica, ligando o Município de Maués a Itaituba, num ramal de 145 km, ameaçava cortar a reserva dos Maués, a única reserva indígena demarcada do Amazonas. O projeto inicial da estrada levou os índios a protestarem, realizarem inúmeras assembléias, reunindo para isso a totalidade da nação. E chegaram ao ponto de ameaçar os invasores com as armas de que dispunham. As terras dos índios são ricas em madeira de lei e minérios (ouro e calcário). Há tempos, os índios denunciavam o roubo de madeiras de lei que vêm sofrendo por parte de empresários de municípios amazônicos vizinhos. Em outubro de 80, os índios conseguiram sua vitória: o Ministério dos Transportes modificou o traçado original da estrada ao fazer um desvio de 28 km que evitava a reserva indígena ao invés de cortá-la ao meio como temiam os índios, favorecendo a entrada de madeiras e mineradoras clandestinas.

TXUKAHAMÃE (MN) 1
Com a construção da BR-080, em 1971, o grupo foi dividido em dois. Os índios nunca aceitaram a perda de seu território original. Em 73, os índios da aldeia Jarina mataram quatro caçadores de onça que invadiram seu território. Em 1977, os índios da mesma aldeia atacaram a fazenda Agropexin e mataram dois peões. Em 1979 os índios atacaram novamente a fazenda Agropexin: a FUNAI promoveu devolver as terras da fazenda e disse que a estrada seria desativada. Em agosto de 1980, exasperados pela demora da FUNAI em lhes devolver o território do Parque do Xingu, que havia sido desativado e vendido para fazendas pelo Gal. Bandeira de Mello, os índios atacaram peões que realizavam desmatamentos dentro da área reivindicada. Saldo do ataque: 11 peões mortos. Os índios reivindicam a retirada de todos os fazendeiros que ocupam a margem direita do rio Xingu.

XAVANTE (MG) 2
Os conflitos dos Xavante com a sociedade envolvente existem desde o início da colonização de Mato Grosso e Goiás. São guerreiros famosos na defesa de suas terras. Nos últimos dois anos — após muitas brigas com fazendeiros e posseiros, ameaças e ataque aos invasores, com muitas idas a Brasília, invasão da FUNAI por 40 líderes Xavante — foi criada a reserva de Parabubure em Couto Magalhães e feita a alteração dos limites a oeste da reserva de Pimentel Barbosa, que tinha sido diminuída em 54 mil ha. por funcionários corruptos da FUNAI.



Marcos Santili
Maku



BORORO (MT) 3
Em 1976, 70 homens chefiados por um fazendeiro, João Mineiro, invadiram a reserva de Merure, onde vive um grupo de Bororo, mataram o índio Simão e o Padre Rodolfo Lukenbein. Os invasores reclamaram da FUNAI o pagamento das benfeitorias que eles haviam feito nas terras que tiveram que devolver aos índios. Os Bororos vivem hoje espalhados nos limites da reserva para defendê-la de novas invasões. E João Mineiro foi absolvido.

GUARANI (MS) 4
A FUNAI não reconheceu, como área de ocupação indígena, as terras de um grupo que vinha sendo pressionado por jagunços da fazenda Paraguaçu, região de Dourados (MS). Os índios foram despejados e transferidos para as aldeias de Ramada e Amambai. Os líderes do grupo foram ameaçados de morte.
(No Paraná): Um grupo de Guarani Nandeva terá de ser transferido da foz do rio Ocoí devido à inundação da área para a construção da barragem de Itaipu e que deverá inundá-la. O grupo já sofreu diversas tentativas de transferências por parte da Polícia Militar do Estado do Paraná, mas sempre voltou para as terras em questão.

GALIBI, KARIPUNA, PALICUR (AP) 5
Estes índios que vivem na região do Vale do Uacá, no Município de Oiapoque, no Amapá, decidiram impedir o prosseguimento dos trabalhos de abertura da rodovia BR 156, que ligará Oiapoque a Macapá, e atravessa em 20 km a área indígena. O governo do Território usou de todos os meios e convenceu os líderes dessas nações indígenas a consentirem que a estrada cortasse sua reserva, através de um acordo que promete a instalação de dois postos de vigilância na rodovia, indenização em moeda corrente e alguns presentes.

XERENTE (GO) 6
O conflito existente entre os índios Xerente e aqueles que ocupam parte da área demarcada como reserva dessa tribo no Município de Tocantínia é crescente. Os Xerente nunca se conformaram com a demarcação feita por autoridades do Município, achando que a posse imemorial da tribo atinge área bem maior, na área do Funil. Os moradores do Município rebelam-se contra qualquer tentativa de ampliação da reserva, que seria de 10 mil alqueires, cobrindo parte da zona suburbana da cidade. Sendo essas terras as melhores, são, por isso, muito cobiçadas pelos brancos.

KARAJÁ E JAVAÉ (GO) 7
15 mil posseiros vivem nas terras do Parque Indígena do Araguaia, arrendado pela FUNAI para a criação de gado. Turistas, pescadores profissionais e o próprio pessoal da F.A.B. (a quem está entregue a administração do Parque) promovem "safáris" nas terras do Parque. A BR-62, ligando a Belém-Brasília à cidade de São Felix, às margens do Araguaia, dentro em breve vai cortar ao meio as terras do parque indígena do Araguaia. Os Javaé já advertiram, em 79, os moradores dos patrimônios próximos à aldeia, para abandonarem a área.



TIKUNA (AM) 8
Cinco índios Tikuna foram mortos a tiros por jagunços a mando da família de seringalistas Quintino Mafra. Os Tikuna são explorados pelos "patrões", donos de barco de comércio que percorrem a região. No tribunal Russel foi denunciado, este ano, o tráfico de índias Tikuna, promovido por missionários Salesianos, para trabalharem como empregadas na casa de oficiais da F.A.B. Em outubro de 80 foi constatada a utilização de Tikuna, em regime de trabalho escravo pela fazenda Reunidas, arrendada pelo grupo CAPEMI.

KULINA (AM) 9
Em outubro de 1971, revoltados com a prisão de um índio Kulina pelo delegado da cidade de Envira, os Kulina avançaram sobre a cidade, atearam fogo em um barracão e soltaram o preso. O prefeito da cidade refugiou-se na localidade de Eunepe e só retornou com a chegada de reforços da PM. Em junho de 1980 os seringalistas e o prefeito de Caitaú intranquilizaram-se com a presença e a concentração de Kulina nas proximidades do Município. A FUNAI transfere, não respeitando os desejos do grupo, os Kulina para o alto rio Andirá. Para que isto se realizasse o prefeito de Caitaú realizou gestões junto ao MINTER e à FUNAI, sem que os indígenas fossem consultados.

ARARA (PA) 8

Com a construção da Transamazônica, os Arara foram divididos em dois grupos. Em fevereiro de 76 os Arara mataram a flechadas três funcionários da Companhia de Produção de Recursos Minerais. Em julho de 77, um colono assentado pela FUNAI num dos lotes de colonização próximos à Transamazônica, foi morto a flechadas pelos Arara no km 15 da rodovia. Como resultado dos seguidos ataques do grupo a colonos e funcionários da FUNAI, empregados na pacificação, a FUNAI interditou os km 100 a 145 da Transamazônica para fins de colonização. Os índios rejeitaram fazer contato com as equipes de atração da FUNAI, de 1977 a 1979.

XICRIN (PA) 10

As terras da reserva Xicrin, nas imediações do rio Cateté, estão sendo largamente invadidas por fazendeiros da localidade, pela parte sul, cujo limite legal é a rodovia PA 279. Pelo menos três fazendas, várias serrarias e numerosos peões penetraram na reserva para extrair mogno e formar pastagens, formando clareiras na mata. Por duas vezes no ano de 80, os índios prenderam os invasores. Os índios estão muito tensos com as invasões. Uma índia denunciou que os invasores estariam usando desfolhantes químicos que cegam macacos e jabotis.

GOROTIRE (PA) 11

Mataram 21 pessoas em setembro do ano passado em uma fazenda próxima à reserva indígena e que promovia desmatamentos ilegais na área indígena. O massacre é consequência da morosidade da FUNAI na demarcação das terras e dos limites da reserva indígena. Atualmente a reserva está invadida por cerca de 1.000 garimpeiros que procuram ouro. A Polícia Federal, aconselhada pelo representante do Conselho de Segurança Nacional, tendo em vista a tensão na área e a possibilidade de novos massacres, iniciou a retirada dos garimpeiros da área. A retirada de garimpeiros foi suspensa no início do ano. Há a possibilidade de novos massacres.

Apesar do interdito formal da FUNAI, as invasões do território dos Arara continuou: mineradores, colonos e caçadores penetravam continuamente seu território. Como consequência, em julho de 80 os índios atacaram a frente de atração da FUNAI: dois funcionários feridos a flechadas. Em fevereiro de 81, a COTRIJUI desiste da implantação de 2.000 colonos gaúchos nas terras dos Arara e que seriam utilizadas no programa de produção de álcool de cana. Em março de 81, começam os contatos das equipes de atração da FUNAI com a tribo dos Arara.



ASSURINI (PA) 12

Os índios foram atraídos em 1971. A reserva já foi delimitada mas ainda não foi demarcada pela FUNAI. Em 1979 dois grupos particulares tentaram apropriar-se de 400 mil hectares de terras indígenas através de uma ação de uso-capião, da área ocupada pelos índios Araweté e Assurini. As terras dos Assurini serão inundadas para a construção das hidroelétricas do Complexo Xingu, em fase de pesquisa pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A. Segundo os dados do CNEC, dos 400 mil hectares destinados aos grupos Assurini e Araweté, 300 mil hectares serão inundados.

PARAKANĀ (PA) 9

Contatados na abertura da Transamazônica na década de 70, quando boa parte da tribo morreu, vitimada pelas doenças dos brancos, agora terão que abandonar suas terras; elas serão inundadas com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Outros grupos arredios poderão ser atingidos pelas águas.

KRIKATI (MA) 13

A reserva dos Krikati, a 18 km de Montes Altos (MA) está completamente invadida por fazendas a menos de 3 km da aldeia. Há 17 fazendas dentro da área que deve ser demarcada, e os índios não têm condições de plantar para sobreviver. A demarcação foi suspensa em fins de 80, porque a Prefeitura e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Altos, escreveram ao Presidente da República protestando contra as dimensões da reserva, que abrange 136 mil ha.

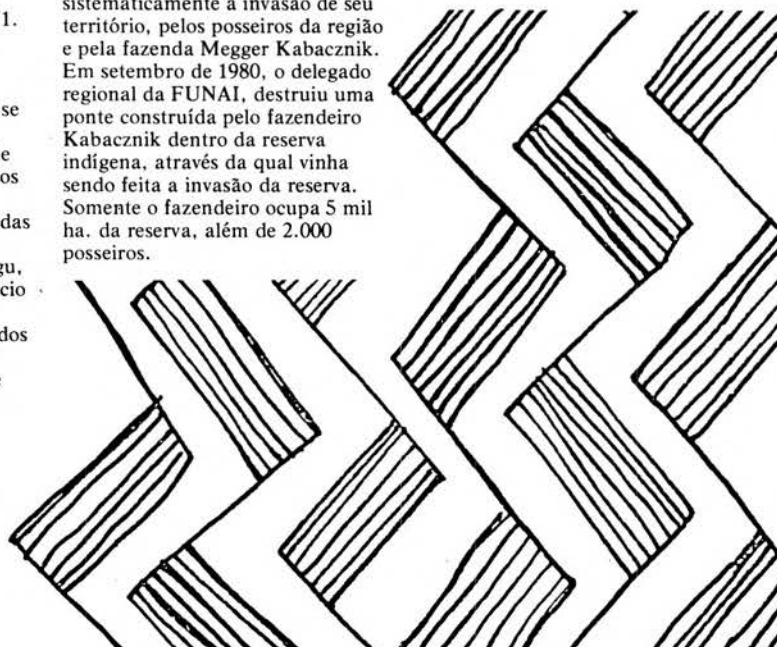
TEMBÉ (MA) 15

Os índios Tembê, do Alto Rio Guamã, vêm sofrendo sistematicamente a invasão de seu território, pelos posseiros da região e pela fazenda Megger Kabaczni. Em setembro de 1980, o delegado regional da FUNAI, destruiu uma ponte construída pelo fazendeiro Kabaczni dentro da reserva indígena, através da qual vinha sendo feita a invasão da reserva. Somente o fazendeiro ocupa 5 mil ha. da reserva, além de 2.000 posseiros.



GUAJAJARA (MA) 14

São uns 5 mil índios. Em 1975 tocaram fogo no povoado Marajá, dentro da área indígena, expulsando seus moradores, tendo matado, pouco antes do ataque, dois colonos que haviam atacado o chefe de posto, Mário Murici. Os Guajajara estavam revoltados com a demora da FUNAI em retirar os invasores dali e demarcar as terras da reserva de Angico Torto, no Município de Amarante. Os Guajajara de Barra do Corda continuam tentando desalojar os posseiros e arrendatários dos Capuchinhos que formaram dois povoados — o de Alto Alegre e o de São Pedro dos Cacetes — dentro da área dos Guajajara. Dois índios foram assassinados em 1980 por fazendeiros.





Kren Akakore

Von Puttkamer

KIRIRI (BA) 3

Em 1979 os Kiriri de Mirandela, Município de Ribeira do Pombal, irritados com as contínuas invasões de seu território por fazendeiros, decidiram iniciar a demarcação de suas terras por conta própria. No processo de demarcação sofreram seguidas ameaças de morte dirigidas contra o chefe do grupo, Lázaro Gonçalves, através de jagunços pagos pelos invasores. Entre os invasores estavam o Prefeito e o Vice da cidade, Edval C. Macedo e João Bittencourt. O prefeito acusou a proibição de realizarem suas cerimônias. A reserva está ameaçada também pela construção da estrada entre Mirandela e Lagoa Grande. A

FUNAI resolveu apoiar o grupo no processo de demarcação, prometendo terminá-lo até fevereiro de 81. Enquanto o processo de demarcação pela FUNAI se realizava, um grupo de fazendeiros e posseiros derrubaram mais de 1.500 metros de cerca de um projeto agrícola dos índios, provocando a intervenção da Polícia Federal. Em função da demarcação, existe um plano de reassentamento dos posseiros e indenização das benfeitorias.

KAPINAWA (PE) 1

Os índios Kapinawa, localizados no Município de Buíque — a 280 km de Recife — tiveram suas terras invadidas pelo fazendeiro conhecido como Zuza Tavares, e estão ameaçados de expulsão da pequena área onde se encontram. Os Kapinawa estão passando fome porque não têm mais um lugar onde desenvolver sua agricultura.

PANKARARU (PE) 2

Os Pankararu vivem um conflito antigo com posseiros em suas terras, no Município de Petrolândia. As áreas de litígio na Justiça ficam encravadas nos sítios Caldeirão, Bem-Querer, Brejinho dos Correias, Brejinho da Serra, Carrapateira e Barriguda, do Município de Petrolândia, pertencente à União Federal sob a administração da FUNAI, e reservadas para abrigar os índios. Vivendo em propriedades limítrofes, os posseiros vêm sendo acusados de desprezar os limites estabelecidos pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios, e de invadirem suas áreas.

KAINGANG E GUARANI (PE) 8

Em fevereiro de 78, os Kaingang e Guarani do Rio das Cobras (PR) se armaram e ameaçaram expulsar os brancos de suas terras. A Polícia Militar expulsou 3 mil colonos e devolveu as terras aos índios. Em maio do mesmo ano, animados pelas vitórias de seus irmãos do Paraná, os Kaingang do Rio Grande do Sul, cerca de 1.200, se armaram e expulsaram cerca de 6.000 colonos brancos que invadiam suas terras. A revolta se espalhou por outras reservas. O principal líder dos Kaingang na sua luta pela recuperação de suas terras, Ângelo Cretã, foi morto num acidente automobilístico em janeiro de 80. O acidente foi "arrumado" por famílias de posseiros conhecidas na região pelas ameaças que faziam aos índios. Antes de sua morte, Ângelo Cretã vinha recebendo freqüentemente ameaças de morte. Seu braço direito, o guarani Norberto Poty, que liderava os Guarani e Kaingang de Mangueirinha (PR) morreu num acidente automobilístico em janeiro de 80. As mortes dos dois caciques ocorreram na mesma estrada e em condições igualmente suspeitas.



Como Ângelo Cretã, Norberto Poty, vinha recebendo freqüentes ameaças de morte. Os Kaingang e Guarani da reserva indígena de Mangueirinha lutam pela retomada de cerca de 9.000 ha. de terras vendidas, durante o governo estadual de Moisés Lupion, a diversos grupos econômicos e hoje nas mãos da empresa Slaviero Madeireira S.A. As terras, que já faziam parte da reserva indígena, há mais de trinta anos, já foram invadidas pelos índios que as deixaram sob a promessa da FUNAI de resolver a questão.

PATAXÓ (BA) 6

No dia 30 de agosto de 1980, o presidente da FUNAI e o presidente do IBDF assinaram acordo entregando apenas 8 mil dos 25 mil hectares do Parque Nacional de Monte Pascoal, aos Pataxó, da aldeia da Barra Velha (BA). Os Pataxó reivindicam essas terras que ficaram para o IBDF.

TUPINIQUIM (ES) 7

São uns 600 e poucos índios espalhados por várias aldeias do Município, tribo que foi dada como extinta para facilitar a instalação de uma empresa multinacional — a Aracruz Celulose — na década de 60. Os Tupiniquim foram considerados extintos até julho de 1975, quando foram redescobertos por um grupo de trabalho montado pela FUNAI; este grupo obteve uma cópia do documento de doação das terras dos Tupiniquim feita em 1873 por D. Pedro II, após visitá-los. Começaram então a luta pela reconquista de parte das terras, ocupando parte das que estavam de posse da Aracruz, e fazendo demarcação por conta própria. Houve muitas ameaças contra seus líderes. Agora, em janeiro de 81, os Tupiniquim chegaram a um acordo com a diretoria da Aracruz para a demarcação das terras.

PANKARARÉ (BA) 4

Os Pankararé, de Brejo do Burgo, tiveram seu chefe Ângelo Pereira Xavier assassinado no final de 1876, após sofrer várias ameaças dos invasores de suas terras. As pressões dos brancos contra os índios vinham aumentando de tal maneira, que se proibiu até a realização de rituais indígenas, além de ameaças de morte e tentativas de cobrança de impostos, dos quais os indígenas estão isentos.

KAIMBÉ (BA) 5

Os Kaimbé, do Município Euclides da Cunha, sertão da Bahia, estão com suas terras sendo griladas pela empresa Otemapes, que está contratando jagunços para levantar cercas nas terras indígenas e ameaçar de morte os Kaimbé. Há dois anos essas terras vêm sendo griladas.



Educação Imoral e Cínica: O Índio no Livro Didático

Mauro W. B. de Almeida

Todo povo indígena tem seus mitos. Neles enxergam sua própria origem, sua imagem e seu destino. Nisso o povo brasileiro não é diferente. Também tem seus mitos de origem, que se encontram nos livros didáticos de "estudos sociais" lidos por milhões de curumins brasileiros em idade escolar, editados por prestigiadas editoras das maiores capitais e apoiadas pelo Governo do País.

Que mensagem contêm os mitos de origem da nação brasileira a respeito daquela sua parte que são os índios? Afinal de contas, o Brasil é oficialmente uma democracia racial onde diversos grupos étnicos teriam teoricamente direito à convivência harmoniosa, e onde o preconceito racial é banido pela Constituição. A resposta, apesar disso, é simples de resumir: para o livro didático, o índio bom é o índio simbólico, é a herança cultural de uns termos tupis, alguns costumes rurais (rede, superstições), alguns traços físicos do povo mestiço do Norte e Centro Oeste. Quanto ao índio real, ele é um "problema", um entrave ao progresso que deve ser eliminado de alguma maneira. É claro que, em alguns livros, há expressões isoladas de simpatia pelo índio. Mas elas nunca passam de frases. Isto é, nunca chegam a converter-se em uma visão alternativa da história nacional, que não se resume na justificação da destruição étnica do roubo de terra e da intolerância ante alguém que não seja como o branco.

Antes de mais nada, os índios, assim como os negros, não têm história própria, desempenhando um papel de acidente na história branca. Antes dos colonizadores não há História do Brasil. Índios genéricos aparecem em episódios isolados, somem de cena, ressurgem sem face própria. Esses fragmentos onde não pode aparecer nunca um ponto de vista índio, formam alguns episódios básicos.

Num primeiro momento, o índio é "descoberto" pelo colonizador. É amigável e colaborador (o índio de Pero Vaz de Caminha). Num segundo momento, sem que se saiba bem por quê (nisto os textos divergem), os índios tornam-se perigosos e traiçoeiros, aliando-se aos piratas franceses na ameaça à colonização (é a fase do fracasso das Capitaniás Hereditárias, da Confede-

ração dos Tamoios etc.). Em seguida, são caçados e escravizados em expedições sertanistas, para atender à necessidade de mão-de-obra dos colonos, ou são catequizados por missionários (fase de expansão nacional). Depois somem, deixando uma "herança cultural" como todo mundo que morre. Depois há um longo branco, entre o início da colônia e os dias de hoje, quando misteriosamente reaparecem na Amazônia como um novo "problema", onde estão em áreas que é preciso povoar e desenvolver.

É essa a história contada repetidamente pelo mito didático. Sua moral é fácil de entender até por crianças. Os índios estão na nossa origem, mas não somos capazes nem queremos conviver com eles. São inimigos, estão fora da nacionalidade, e, ao longo da missão de colonizar a terra, são extintos, convertendo-se parte deles em mão-de-obra mestiça. Em reconhecimento a seu papel de origem, passam a figurar na memória nacional como símbolo de "brasileiridade", tendo tido o mérito de contribuir para a formação da nacionalidade.

MISSÃO DO HOMEM BRANCO

A grande façanha do homem branco no mito contado pelos livros didáticos é a colonização. Essa missão nacional tem duas caras: empresa econômica e expansão territorial. A atividade econômica é a produção de cana-de-açúcar, baseada no monopólio da terra e na escravidão de índios e negros. Essa "solução colonizadora" é exaltada. "A agricultura da cana-de-açúcar foi uma boa solução para todos, tanto para os colonos como para o governo português" (índios e negros evidentemente estão fora da jogada).

Outro aspecto é a expansão territorial. A glória desta tarefa cabe agora às bandeiras de "caça a índios, negros fugidos ou metais preciosos", bem como à atividade missionária e à expansão da pecuária. Extermínio e escravidão são exibidos assim sem maiores escrúpulos como requisito pela tarefa de "aumentar e enriquecer o país". Com isso, "regiões vazias começaram a ser ocupadas". E o texto lembra ao leitor que essa missão prossegue até hoje (no mito,



Elvo Benito Damo

passado e presente fundem-se sempre numa lógica única): "Pois é, a tarefa de ocupar e organizar a nossa terra não terminou. Ela continua."

Nossa teoria de ocupação do Brasil, todo território ocupado por índios é definido como "espaço vazio". Lógica de fazendeiros, aplicada como se vê com rigor pelo livro didático e ensinada às criancinhas como lição cívica. Ensina-se ao curumim branco que é preciso "integrar" o quanto antes o País, já que "estamos numa época em que o gigante está se desenvolvendo cada vez mais, graças a estradas de rodagem que abrem caminhos em meio a densas florestas", enquanto a "verdadeira escola do trabalho se instala por toda parte..."

Os livros são de 1979, mas, como se vê, o tom é dos dias do "milagre brasileiro", simbolizado pela Transamazônica ("que vai colaborar com a colonização do grande vazio da Região Amazônica"). A desocupação forçada desses "espaços vazios", que foi apenas um dos aspectos sinistros do

período, com seus efeitos genocidas e espoliadores contra índios e camponeses pobres, surge quase como necessidade.

ÍNDIOS: INIMIGOS INTERNOS

O problema básico das capitanias são os "constantes ataques indígenas" e de piratas. Ilustrações mostram índios flechando bandeirantes, missionários, ou o próprio mapa do Brasil! Índios aliam-se aos inimigos franceses (compare-se: "Todos os brasileiros devem ter especial atenção com a segurança nacional, evitando a interferência alienígena, através da utilização dos grupos indígenas". Depoimento do deputado Hélio Campos, PDS-Roraima).

A expressão mais terrível desse ponto de vista é a imagem heróica dos bandeirantes, que ao lado dos missionários são os heróis no episódio indígena. O leitorzinho é convidado a sentir-se como bandeirante. O bandeirante escraviza índios mas expande o território, e isso basta. "Quem não tivesse coração duro não seria um herói". Os cinco mil índios guaianás (inclusive três "reis") aprisionados numa dessas expedições bandeirantes "vinham todos satisfeitos". Afinal de contas, diz outro autor que faz ressalvas ao heroísmo desse personagem: "O bandeirante precisava sobreviver". Num diálogo ilustrado, um índio pede informações a um bandeirante e responde no fim da conversa: "Prazer em conhecê-lo, Sr. Bandeirante. Os brasileiros agradecem a magnífica contribuição que vocês deram à nossa Pátria". Não é ironia. É o que chamo de educação imoral e cínica.

Outros heróis do contato dos índios com a civilização são os missionários, que além de ensinar hábitos civilizados lhes impõem "rigorosa disciplina". Supõe-se, aliás, que o índio era preguiçoso. "O trabalho era muito. Precisava de mais gente. Os brancos pensaram nos índios. Os índios eram muitos, poderiam ajudar bastante. Mas você pensa, brasileiro, que eles gostavam de trabalhar nos engenhos? Que nada! Preferiam viver livres, caçando e pescando." (Diz o governador de Roraima que o "problema" da área é a pretensão indígena de ocupar enormes áreas de terra, apenas para caçar e pescar, "enquanto nós ficamos trabalhando e pagando impostos" (OESP, 8/2/80). Há conflitos entre bandeirantes e missionários, mas o final da história é feliz já que ambos contribuíram para a expansão do território nacional, quer resolvendo o "problema da mão-de-obra", quer "pacificando".

ÍNDIO BOM É ÍNDIO MORTO

No fim do episódio colonial, há um item sobre a "herança cultural" indígena, que é uma montagem de dados de cronistas sobre a cultura tupi-guarani, sem nenhuma referência a índios (guarani ou não) existente no presente, e menos ainda a outros grupos. Orgulhamo-nos da "oca", da "ocara" e do guaraná. Já o índio do "interior", e o "gê", é descrito como antropófago, bárbaro e traiçoeiro, prejudicial à colonização. São os "tapuias" que não colaboram nem um pouco, defendendo-se da civilização.

Aí a história termina. E após os dois séculos de extinção (séculos 17 e 19), surgem alusões atuais no seguinte tom: eles "ainda existem", "em número pouco significativo". São "incapazes de assimilar uma cultura material muito mais evoluída e sua extinção é uma triste verdade" (a sua destruição por doença, exploração, roubo de terras, humilhação etc. é culpa deles). "Os que conseguiram sobreviver internaram-se nas florestas, restando hoje em dia poucos..." Nas reservas estes são "integrados a nossa civilização". Com isso se resolve o grande "problema", "Não se pode, em nome da preservação das culturas indígenas, impedir a incorporação do território Amazônico ao resto do Brasil", por outro lado, os métodos "bandeirantes" não podem ser reempregados. A solução é a "lenta assimilação" em reservas.

Em suma, esses mitos, ilustrados com fatura, preparam o brasileiro a reconhecer como óbvias certas "verdades" correntes sobre o índio, as mesmas que estão na boca de autoridades e fazendeiros, ilustrando-a com o "mito de origem" da colônia e aplicando-as à Amazônia atual. Não se insinua nunca uma alternativa. Por exemplo, um Brasil que abrigasse não "brasileiros" e "índios-problema", mas múltiplas culturas com direito à autonomia e liberdade. E onde os povos indígenas, cada qual com sua história própria e sua dignidade de pequenas nações, fossem motivo de orgulho não como símbolos mortos, mas como exemplo de convivência no presente e como alternativa para o futuro.

Mauro W.B. de Almeida é antropólogo e professor da Unicamp. Este seu artigo reproduzido de Folhetim do Jornal Folha de São Paulo, baseia-se em pesquisa feita para o CEDI sobre livros didáticos do 1º grau patrocinados pelo Mec-Fename. A íntegra deste trabalho será publicada proximamente nos Cadernos do CEDI.



ACONTECEU ESPECIAL
Povos Indígenas no Brasil, 1980
 Tempo e Presença Editora
 60 págs. Cr\$ 100,00

Como foi a caminhada dos povos indígenas no Brasil durante o ano de 1980? Dar subsídio para que você possa, por si mesmo, responder a esta pergunta é o objetivo deste ACONTECEU ESPECIAL — POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 1980, que o CEDI e a Editora Tempo e Presença acabam de publicar.

De fatos destacados da imprensa brasileira este dossiê destaca, dentre outros: um quadro geral e um mapa da distribuição da População Indígena em 1980; um levantamento do que ocorreu com os povos indígenas nas regiões Norte, Leste e Sul; o registro de surgimento das organizações indígenas, das assembleias e da repressão às suas lideranças; e as diversas formas de apoio à causa indígena.

Este ACONTECEU está sendo vendido ao preço de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) o exemplar. Os pedidos devem ser feitos ao CEDI (Rio ou São Paulo) e o pagamento efetuado através de cheques pagáveis no Rio em nome de Tempo e Presença Editora Ltda. — Caixa Postal 16082 — 22221 — Rio de Janeiro — RJ.

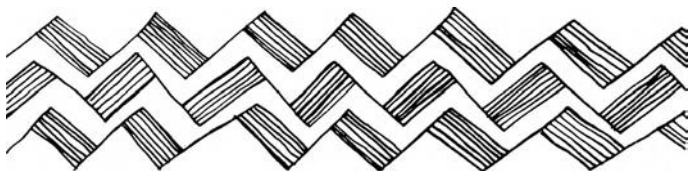


Pe. Paulo Suess
Secretário Executivo do CIMI

A Justiça da Ressurreição

Reflexão pascal para o Dia do Índio

O Messias prometido como o JUSTO sofre perseguição e injustiça. Um julgamento político-religioso o leva à pena de morte na cruz. Deus porém anula esta sentença de morte numa "última instância" e faz o "autor da vida" ressurgir dentre os mortos. A ressurreição do JUSTO inicia a justiça definitiva: a justiça da ressurreição. Ela é um indicativo, uma nova dimensão da realidade já presente, e um imperativo, uma nova realidade de criar; ela é a graça de uma nova realidade iniciada por Deus e uma missão dos homens para fazer esta nova realidade transparente e palpável. Por isso, Jesus ressuscitado envia seus discípulos como testemunhas (= mártires) da ressurreição em missão de proclamar a justiça universal e instaurar a libertação definitiva. Eis o tripé desta meditação: injustiça/justiça, morte/ressurreição, missão/libertação.



JUSTIÇA

A primeira testemunha-mártir da ressurreição, o diácono Estêvão, resume no seu discurso diante do tribunal da "Sinagoga dos Libertos" (At 6.9) a contradição gerada entre Lei e Profeta, que representava os esteios de vida e salvação no Antigo Testamento: "Qual é o profeta que vossos pais não perseguiram? Assassinaram até os que profetizaram a vinda do JUSTO; do qual vos tornastes traidores e assassinos, vós que recebestes a Lei pelo ministério dos anjos e não a observastes." (At 7.52, 53).

Os que predisseram no Antigo Testamento como os que testemunharam no Novo Testamento a vinda do JUSTO, título messiânico e cristológico, foram assassinados, como aconteceu com o próprio JUSTO, Messias-Cristo, que

"morreu pelos injustos" (1 Pe 3.18). Pilatos, o juiz que condena Jesus à morte, o declara justo. Queria ser "inocente do sangue deste justo" (Mt 27.24).

A questão da justiça é uma questão de vida e morte na história da salvação. Qual é o conteúdo bíblico do substantivo JUSTIÇA, que 91 vezes se encontra no Novo Testamento (57 vezes nas Cartas de São Paulo) e do adjetivo JUSTO, 79 vezes ali encontrado?

No grego (língua original do NT), a palavra JUSTIÇA descreve uma atitude, uma virtude a praticar: é a *justiça distributiva*, mediação entre um corpo social coletivo e os indivíduos. Precisa-se distribuir os bens entre um "país rico", entre um país de poucos ricos, e um "povo pobre"; precisa-se distribuir o bolo, promover a circulação dos bens para o bem comum a fim de que cada um tenha o necessário para viver. Diga-se de passagem, que esta circulação dos bens é uma característica das tribos indígenas que se atualiza nas suas festas, através dos casamentos, antigamente, das suas guerras intertribais. Todas as atividades econômicas tribais são marcadas pela justiça distributiva.

Junta-se no Novo Testamento, porém, aos significado grego da justiça como *virtude* a vertente vétero-testamentária-judáica, onde justiça é considerada como uma *graça*, um dom salvífico, um relacionamento ajustado na Aliança entre Deus e os homens. Assim Abraão, independente do "ato legal" da circuncisão, é considerado justo, o homem da fé e fidelidade contra toda esperança, confiante na promessa e obediente à Aliança (Rm 4. 3-22). "Abraão teve fé em Deus, e isso lhe foi contado como justiça" (Gl 3.6).

A justiça bíblica não é a virtude dos zelotas, dos fanáticos nacionalistas e intransigentes da direita ou dos justiceiros desorganizados da esquerda, nem dos legalistas, identificados como escribas e fariseus. "Se a vossa justiça não superar a dos escribas e fariseus, não entrareis no Reino dos Céus" (Mt 5.20). A justiça bíblica é praticada no silêncio dos *patriarcas*, os quais, com sua presença fiel, são como

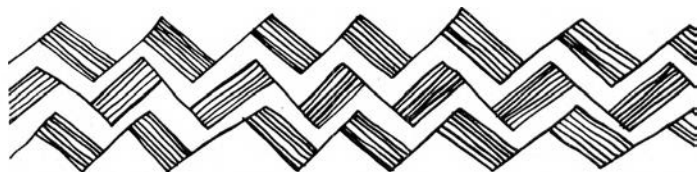


uma ponte para uma nova etapa na história da salvação (Abraão: Gn 15.6; José: Mt 1.19; Simeão: Lc 2,25; Cornélio: At 10.22); são os homens das bases, que aparentemente não tocam na grande política dos impérios. A justiça bíblica porém é também proclamada pelos *profetas-mártires* (Abel: Mt 23.35; João Batista: Mc 6.20; Estêvão: At 7.52), que selam sua palavra com a morte por causa da justiça.

Essa justiça dos patriarcas e profetas é o contrário de um legalismo que confia em normas ideais e sobrevaloriza as leis, que no caso dos povos indígenas, nunca os protegeram. “Se fosse dada uma lei que vivificasse, aí a justiça seria pela lei” (Gl 3.21). A justiça bíblica não é gerada por normas perfeitas, mas pelo relacionamento fiel e concreto dos parceiros de uma caminhada, pelo seguimento do caminho de Cristo, caracterizado como “caminho da justiça” (Mt 21.32). Deus não é justo por ser legislador de leis perfeitas ou por dar a todos o mesmo; Deus é justo porque é fiel parceiro da sua promessa, fiel companheiro na caminhada com seu povo, realizada em Cristo. “Todos estão justificados gratuitamente pela sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus: Deus o destinou para ser pelo seu sangue, vítima de expiação, mediante a fé, para demonstrar sua justiça. Pois em sua paciência Deus tinha tolerado os pecados anteriores para manifestar, enfim, sua justiça no tempo presente, como quis mostrar-se justo e justificador daquele que vive da fé em Jesus” (Rm 3.24-26).

A justiça de Deus realizada em Cristo assume dimensões universais e supera com isso a justiça simplesmente legal, a casuística das escolas ou de casos isolados (Rm 10.4). O Novo Testamento identifica injustiça com impiedade, desobediência, escravidão, pecado e morte (Rm 1.18; 6.16). Há um espaço grande entre justiça e legalidade. Uma ordem jurídica, legalmente imposta, nem sempre corresponde à justiça. Pode até significar imoralidade e injustiça legalizada. Torturadores e carrascos entre Auschwitz, Petrópolis e São Paulo evocam a legalidade de seu proceder, consideram-se amparados pelas leis e alegam diante dos tribunais posteriores que apenas cumpriram ordens legais.

Por ocasião das greves no ABC, uma Nota Oficial da Presidência da CNBB chamou atenção para esta distinção afirmando que a pretensão de participar numa democracia política, social e econômica é justa: “Se a pretensão é justa, não há motivos para escândalos, se a Igreja lhe dá o seu apoio. Se a pretensão é justa, não há grandeza em pretender *opor à justiça uma duvidosa legalidade*. Para além de uma legalidade formal, é preciso sempre visar aos imperativos da justiça. Os operários aprenderam no sofrimento que infelizmente a legalidade não é igual para todos” (Nota Oficial da Presidência da CNBB Nº 12 de 22/04/1980). Isso vale tanto para os operários como para os povos indígenas como para toda maioria mantida no silêncio e sofrimento. A justiça sempre é também uma conquista mais abrangente contra a legalidade parcial, estática e, muitas vezes, historicamente já ultrapassada, e contra a anarquia do mais forte. Digo “também”, porque a justiça bíblica não se reduz às conquistas humanas. Ela é ao mesmo tempo dom escatológico, sócia e irmã da esperança.

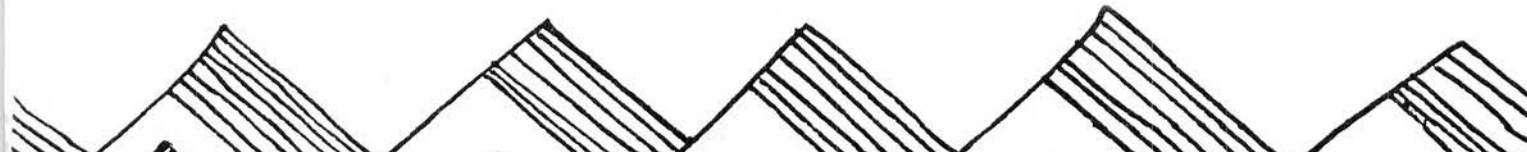


RESSURREIÇÃO

O legalismo é parcial e protege as elites (fariseus, escribas) que fazem as leis e as interpretam gerando uma injustiça mortal para o povo. A este legalismo Deus pôs um fim, inaugurando a justiça universal pela morte e ressurreição do seu Cristo (Rm 10.4). Esta ressurreição definitiva se antecipa na vida dos cristãos que morreram para o pecado em todas as dimensões e vivem em Cristo para Deus (Rm 6.11). “Não ponhais vossos membros a serviço do pecado como armas de injustiça; mas, como quem ressurgiu da morte para a vida...” (Rm 6.13).

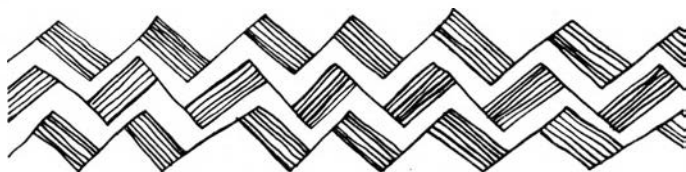
Jesus questionou a injustiça de casta, a justiça parcial do legalismo. Ele foi enviado para cumprir “toda a justiça” (Mt 3.15) e para inaugurar uma justiça para todos: “Os Judeus, procurando estabelecer a sua própria justiça, não se sujeitaram à justiça que vem de Deus. Porque o termo final da Lei é Cristo, que justifica todo aquele que crê” (Rm 10.3,4). Nesta prática, Jesus se tornou vítima do legalismo. Ele foi condenado pela Lei que ele reinterpretou, declarando como parágrafo mais importante o amor a Deus e ao próximo (Mt 22.37-40; Rm 13.8). Jesus ataca frontalmente os legalistas no seu “Palácio de Justiça”, no templo de Jerusalém: “Não vos deu Moisés a Lei? No entanto nenhum de vós guarda esta Lei! Por que procurais matar-me?” (Jo 7.19,20). E enquanto Pilatos inocenta Jesus, os legalistas desenterram uma lei para matá-lo: “Nós temos uma lei, e segundo esta lei deve morrer, porque se diz Filho de Deus” (Jo 19.7).

A justiça universal, alicerçada no amor (cf. A MISERICÓRDIA DIVINA de João Paulo II, nº 12), desmascara o legalismo e o zelotismo como injustiça. Nem o fanatismo dos justífeiros, nem a prática da circuncisão, das lavagens culturais e do descanso sabático dos fariseus geram vida. O que produz vida é a justiça universal no amor. “Nós sabemos que passamos da morte para a vida, porque amamos nossos irmãos... Eis como reconhecemos o amor: Jesus entregou sua vida por nós” (1 Jo 3.14,16). Esta justiça tem um preço a pagar. O preço da justiça universal era a morte do JUSTO, a demonstração e a anulação da injustiça legalista na liberdade do JUSTO. Deus rasgou a sentença de morte do seu JUSTO e o fez ressuscitar. “Deus marcou um dia em que julgará o universo com justiça, por meio do homem que destinou para isso, dando como garantia o fato de tê-lo ressuscitado dentre os mortos” (At 17.31). A ressurreição se torna critério da nova justiça universal. Fazer justiça é sempre fazer ressuscitar alguém que está sob a ameaça da morte.



Todo o trabalho da Igreja junto aos povos indígenas deve-se focar sob este ângulo da “justiça da ressurreição”. A Boa-nova para os índios — secularmente tutelados, perseguidos sob a prática da injustiça ou do legalismo mortal — é uma mensagem explícita de VIDA em Cristo, “que destruiu a morte e fez resplandecerem a vida e a imortalidade por meio do Evangelho, do qual fui constituído mensageiro...” (2 Tm 1.10,11).

Fazer ressuscitar alguém, porém, não é somente uma obra voluntarista do “homo faber”, um imperativo gigante que se possa cumprir com esforços gigantescos. Somente, donde a prática da justiça humana é atravessada como por um relâmpago pela gratuidade divina, emerge a justiça universal. Esta justiça universal visa a libertação integral, a libertação dos grilhões da fome, dos preconceitos raciais, da marginalização, afinal, do pecado e da morte. Viver para a justiça se torna morrer para o pecado e suas consequências. “Cristo pessoalmente carregou em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro, a fim de que, mortos para o pecado, vivêssemos para a justiça” (1 Pe 2.24).



MISSÃO

Viver para a justiça da ressurreição é a prática silenciosa dos “patriarcas” que nas bases preparam uma nova etapa na história da salvação; mas é também o testemunho profético, o anúncio explícito da vida e a denúncia da morte em voz alta. “Matastes o autor da vida, mas Deus o fez ressurgir dentre os mortos. Disso nós somos testemunhas (At 3.15). O “autor da vida” resume sua missão na parábola do Bom Pastor: “Eu vim para que tenham vida e vida em abundância” (Jo 10.10). Ele envia também seus discípulos nesta única MISSÃO: ser testemunhas da ressurreição, da vida, da justiça universal e definitiva. Depois da sua ressurreição, Jesus não reúne seus discípulos num círculo dos salvos, justos ou donos da verdade. Ele os mandou atravessar o espaço e o tempo para serem testemunhas da justiça da ressurreição: “Não tenhais medo; ide e comunicai aos meus irmãos que sigam para a Galiléia” (Mt 28.10). Todas as aparições de Jesus ressuscitado têm a função do envio dos discípulos. Ter sido “testemunha da ressurreição” era também o critério para a escolha do Matias, substituto de Judas no colégio dos apóstolos (At 1.22).

A missão da justiça universal da ressurreição não permite levar o legalismo judaico aos gentios, nem transplantar a situação cultural palestinese para Atenas ou Roma. Esta questão cultural e cultural, também no Novo Testamento era

controvertida. Para os de origem judaica era uma surpresa “de ver como o dom do Espírito Santo fora derramado também sobre as demais nações” (At 10.45) sem serem circuncisos e antes de serem batizados. E Paulo se opôs abertamente a Pedro em Antioquia, “vendo que este não andava com passo firme, segundo a verdade evangélica” (Gl 2. 11, 14), vendo que este abriu brechas para o legalismo superado por Cristo. O cristianismo de hoje não está isento deste perigo, do perigo de levar a civilização ocidental e o cristianismo romano na sua esterilidade litúrgica e com seu direito canônico aos povos indígenas. Creio que por grande parte da Igreja Hierárquica este problema ainda não foi sentido na pele. Em nome da justiça universal também hoje precisamos abrir os olhos para perceber as hegemonias culturais ultrapassadas dentro da Igreja. É mais fácil projetar o problema da justiça da ressurreição para o mundo não-catequizado, profano e civil, do que enfrentar dentro das paredes da própria Igreja. Na Igreja, permanece a necessidade de que um Paulo da periferia enfrente um Pedro do Centro.

A Igreja não é dona da “justiça universal”, mas sim, sinal dela, e, como todo sinal, ela é ambígua, casta meretriz, como Santo Agostinho dizia, e Pedro com sua assessoria permanece pedra e escândalo (Mt 16.18,23). Embora sinal e sacramento da justiça definitiva da ressurreição, a Igreja — hierarquia e Povo de Deus — é ainda envolvida na ambivalência do mundo contemporâneo que “se apresenta ao mesmo tempo poderoso e débil, capaz do melhor e do pior; abre-se na sua frente o caminho da liberdade ou da escravidão, do progresso ou da regressão, da fraternidade ou do ódio” (GAUDIUM ET SPES 9).

A Missão é sempre um envio aos “gentios” e aos “romanos”: para os não-batizados é um *convite*, para os batizados é uma *cobrança*. Fazer convite e fazer cobrança são duas atividades bem distintas. Por isso, no trabalho junto aos povos indígenas, uma pastoral indigenista específica é indispensável. O missionário, o agente de pastoral indigenista, é testemunha da justiça universal da ressurreição num contexto histórico bem concreto e específico: testemunha da ressurreição num contexto marcado pela morte, pelo genocídio e pelo etnocídio. Neste contexto, testemunhar significa mais do que uma simples atividade verbal: é o anúncio da fé na prática da justiça, é a mensagem da vida anunciada e vivida numa guerra sangrenta. Na coincidência entre anúncio e prática da ressurreição, a testemunha assume as dores de parto da vida nova (Cl 4.19), se torna um mártir possível que — para salvar um povo da extinção — assume a penúria ambiental e cultural de um campo de batalha e entra na briga política. Sendo bem-aventurado e perseguido por causa da justiça (Mt 5.10) proclama a Páscoa Indígena.

19 de abril 1981:
Dia do Índio e
Domingo de Páscoa.



Última Página

Por que o Parque demora tanto?

Carlos Drummond de Andrade

Por que, depois do pronunciamento de tantas vozes autorizadas da ciência e da intelectualidade em geral, não se criou ainda o Parque Yanomami?

É a pergunta que todos fazemos, diante das agressões que vem sofrendo esse grupo indígena, e considerando as ameaças que pairam sobre ele, em proporções cada vez maiores.

Os Yanomami não querem nada senão o direito de viver em paz em seu território secular. O Parque lhes dará essa tranquilidade. Trata-se de projeto cuidadosamente estudado e perfeitamente viável. Não é legítimo que interesses econômicos, por mais justificáveis que sejam, perturbem a vida de uma comunidade inteira. A implantação de atividades industriais ou agrícolas deve pretender o bem geral, e nunca o benefício de alguns em prejuízo de muitos.

Não vamos dar de presente aos índios um solo destinado a outras aplicações. Vamos simplesmente garantir-lhes o direito, anterior a qualquer civilização urbana, de conservar sua cultura e seus bens naturais.

Não há romantismo nisto. Há compreensão social, mais ainda que um conceito moral. Não podemos permitir que, a pretexto de progresso e civilização, se cometam atentados precisamente contra a civilização e o progresso, que, no fundo, são simplesmente a arte de conviver. Se isto não foi entendido no passado, que seja no presente e no futuro.

O Brasil valorizará sua imagem perante o mundo criando o Parque Yanomami.